

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Manuela de Souza Pereira

PREFERÊNCIAS REDISTRIBUTIVAS NA AMÉRICA LATINA

RECIFE

2016

Manuela de Souza Pereira

Preferências Redistributivas na América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcus André Barreto Campelo de Melo

Recife,
2016.

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

P436p Pereira, Manuela de Souza.
Preferências redistributivas na América Latina / Manuela de Souza Pereira. –
2016.
82 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcus André Barreto Campelo de Melo
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2016.
Inclui referências e anexos.

1. Ciência política. 2. América Latina – Renda. 3. Renda – Distribuição. 4.
Renda – Preferências redistributivas. 5. Desigualdade. 6. Percepção de renda.
I. Melo, Marcus André Barreto Campelo de (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-104)

Manuela de Souza Pereira

PREFERÊNCIAS REDISTRIBUTIVAS NA AMÉRICA LATINA

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em / 02 /2016.

Prof. Dr. Marcus André Barreto Campelo de Melo
Universidade Federal de Pernambuco
(Orientador)

Prof. Dra. Mariana Batista da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. André Felipe Canuto Coelho
Faculdade Damas da Instituição Cristã
(Examinador Externo)

Agradecimentos

Tenho uma enorme gratidão aos meus pais e a minha irmã pelo apoio e suporte na minha decisão de largar tudo para iniciar o mestrado. Mais que isso, por acreditarem no meu potencial e na profissão a qual escolhi seguir.

Agradeço àquelas que um dia foram minhas colegas de graduação e se tornaram amigas da vida: Thaís, Palloma, Heloá e Virgínia. Vocês tornaram muito mais fácil todas as dificuldades desses anos e sempre foram motivo de orgulho para mim.

Na construção dessa dissertação, agradeço a Palloma e Virgínia por todas as sugestões e críticas a fim de melhorar a qualidade desse trabalho, bem como aos meus colegas de turma de mestrado. Agradeço também a Profa. Mariana Batista e Prof. Barry Ames pelas sugestões metodológicas. Agradeço a Profa. Gabriela Tarouco pela paciência, atenção e por sempre estar disposta a contribuir com a minha formação.

Também gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que financiou todo o meu mestrado, incluindo o trabalho de conclusão, juntamente com o Departamento de Ciência Política, professores e funcionários da pós-graduação.

Por último, e não menos importante, agradeço ao meu orientador Prof. Marcus André Melo. Profissional que sempre admirei e com quem aprendi muito em todo meu processo de formação. Obrigada pela confiança, dedicação, paciência e amizade. Tudo isso foi fundamental para a conclusão e a continuação com o doutorado.

Resumo

A percepção da renda pelos indivíduos influencia suas preferências redistributivas? Proponho verificar se a percepção do nível de renda importa na formação de preferências redistributivas, a partir da análise dos dados disponibilizados no *World Values Surveys* (2010-2014). O argumento teórico tradicional na Ciência Política caracteriza a relação entre a renda real e a formação de preferências redistributivas como um questionamento central na demanda por redistribuição em governos democráticos. Apesar dessa questão de pesquisa já ser tradicional, proponho que as preferências dos indivíduos, quanto ao papel redistributivo do estado, são pautadas na percepção da desigualdade. Empiricamente, pretendo testar a hipótese de que quanto maior o nível de renda percebida, menor serão as preferências redistributivas com dados para América Latina. Esse trabalho testa a hipótese apresentada através da combinação de estatística descritiva e um modelo de regressão logística ordenada. Os resultados encontrados corroboram com a expectativa da literatura existente de uma relação negativa entre percepção do nível de renda e preferências redistributivas. A probabilidade de ter um apoio a preferências redistributivas é maior entre aqueles que afirmam que o nível de renda percebida é baixo. Não obstante, os efeitos marginais constataam que a probabilidade de ser favorável à redistribuição ainda é expressiva entre aqueles que possuem um nível de renda percebida elevado.

Palavras-chave: preferências redistributivas; percepção de renda; desigualdade.

Abstract

The perception of income by individuals influences their redistributive preferences? I propose to verify if the perception of income level matters in the formation of redistributive preferences, from the analysis of the data available on the World Values Surveys (2010-2014). Traditional Theoretical argument in political science characterizes the relationship between real income and the formation of redistributive preferences as a central question in the demand for redistribution in democratic governments. Although this research question is already traditional, I propose that the preferences of individuals, on the redistributive role of the state, are guided by the perception of inequality. Empirically, I intend to test the hypothesis that the higher the perceived level of income, the lower will be the redistributive preferences with data for Latin America. This work tests the hypothesis presented by combining descriptive statistics and logistic regression model ordered. The results corroborate the expectation of the literature of a negative relationship between perceived level of income and redistributive preferences. The probability of having a support for redistributive preference is higher among those who claim that the perceived income level is low. Nevertheless, the marginal effects find that the probability of being in favor of redistribution is still significant among those with a sense of high income level.

Keywords: redistributive preferences; perception of income; inequality.

Lista de Ilustrações

Gráfico 1	Dotplot das Preferências redistributivas na América Latina	29
Gráfico 2	Histograma das Preferências redistributivas por país	30
Gráfico 3	Dotplot do nível de renda percebida na América Latina	32
Gráfico 4	Histograma do nível de renda percebida por país	33
Gráfico 5	Dotplot da classificação da classe média na América Latina	34
Gráfico 6	Histograma da classificação da classe média por país	35
Gráfico 7	Dotplot do nível educacional na América Latina	36
Gráfico 8	Histograma do nível educacional por país	37
Gráfico 9	Dotplot da perspectiva de mobilidade na América Latina	38
Gráfico 10	Histograma da perspectiva de mobilidade por país	39
Gráfico 11	Dotplot Escala política na América Latina	40
Gráfico 12	Histograma Escala política por país	41
Gráfico 13	Dotplot Apoio à desigualdade na América Latina	42
Gráfico 14	Histograma Apoio à desigualdade por país	43
Gráfico 15	Dotplot Medo do crime na América Latina	44
Gráfico 16	Histograma Medo do crime por país	45
Gráfico 17	Dotplot Status de emprego na América Latina	46
Gráfico 18	Histograma Status de emprego por país	47
Gráfico 19	Dotplot Classificação por gênero na América Latina	48
Gráfico 20	Histograma Classificação de gênero por país	48
Gráfico 21	Dotplot Estado civil na América Latina	49
Gráfico 22	Histograma Estado civil por país	50
Gráfico 23	Dotplot idade na América Latina	51
Gráfico 24	Histograma idade por país	52
Gráfico 25	Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas	60
Gráfico 26	Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas	61
Gráfico 27	Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas	62

Gráfico 28	Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas	63
Gráfico 29	Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas	64
Gráfico 30	Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas	65
Gráfico 31	Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas	66
Gráfico 32	Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas	67
Gráfico 33	Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas	68
Quadro 1	Resumo teórico	19
Quadro 2	Realização do survey na 6ª onda do WVS nos países da América Latina	23
Quadro 3	Variáveis e perguntas do “World Values Survey (2010-2014)” utilizadas para mensuração	26
Tabela 1	Regressão Logística Ordenada das preferências redistributivas	55

Sumário

1 Introdução: Explicando as preferências redistributivas na América Latina	10
2 Debate sobre preferências redistributivas.....	13
2.1 <i>Renda importa?</i>	14
2.2 <i>Mobilidade social – Hipótese POUM</i>	15
2.3 <i>Estrutura da desigualdade e percepção do nível de renda</i>	16
2.4 <i>Hierarquia das preferências</i>	18
3 A influência da percepção do nível de renda na formação de preferências redistributivas	22
3.1 <i>Estratégia Empírica</i>	22
3.2 <i>Definindo e mensurando variáveis</i>	25
3.2.1 <i>Características Individuais</i>	47
3.3 <i>Definição do Modelo Estatístico</i>	53
3.4 <i>Resultados Estatísticos</i>	55
3.5 <i>Análise geral dos resultados</i>	71
4 Considerações Finais	74
Referências	78
ANEXO I – Comandos de regressão logística ordenada para Stata	81

1 Introdução: Explicando as preferências redistributivas na América Latina

A forma como os impostos são cobrados e os recursos alocados constitui o ponto principal do contrato social¹ entre cidadãos e o Estado (DAUDE; MELGUIZO, 2010). É coerente pensar que aqueles que se consideram de baixa renda possuem incentivos para acreditar que devam receber transferências de renda ou bens a fim de melhorar suas condições de vida, ou até que devam ser tributados menos. Também é plausível esperar que aqueles que são mais ricos acreditem que transferem ao Estado uma parcela alta de sua renda e não recebam os benefícios esperados por meio dos serviços públicos.

O argumento teórico tradicional na Ciência Política caracteriza a relação entre a renda real e a formação de preferências redistributivas como um questionamento central na demanda por redistribuição em governos democráticos. Tal discussão suscita debates constantes com outras abordagens: concentração de riqueza, relação entre aumento da desigualdade e democracia, contrato social, entre outros. Apesar dessa questão de pesquisa já ser tradicional e ser fundamentada sobre a distribuição de renda real, as preferências dos indivíduos quanto a como deve ser formatado o papel redistributivo do estado, são pautadas na percepção da desigualdade que os indivíduos obtêm de seu próprio país, através do que esses transferem ao governo e, em contrapartida, recebem em serviços públicos. O indivíduo pode apresentar visões de que seu país é mais desigual ou menos desigual do que a realidade.

Esses argumentos assumem que os indivíduos têm conhecimento sobre o alto nível de desigualdade, como esse nível vem mudando ao longo do tempo e onde os indivíduos se encaixam na distribuição de renda. Segundo Gimpelson e Treisman (2015) e Niehues (2014), os indivíduos possuem pouca precisão sobre tais questões. Assim, tais autores afirmam que é a percepção do nível de desigualdade e não o atual nível de desigualdade que se correlaciona fortemente com a demanda por redistribuição.

Ademais, vale a pena notar que o estudo sobre as preferências dos indivíduos é relevante em seu próprio direito, porque, sejam essas condizentes ou não com os níveis reais de desigualdade, possuem alta relevância para a compreensão das demandas por redistribuição. Assim, esse trabalho contém em sua análise variáveis de percepção sejam elas de renda, classe, mobilidade social ou políticas.

Desenvolvo, seguindo essa perspectiva alternativa, o argumento de que a percepção da renda importa para formação de preferências redistributivas dos indivíduos na América Latina.

¹ Segundo Ferreira *et al* (2013, p.11): “Um ‘contrato social’ pode ser amplamente entendido como a combinação de arranjos implícitos e explícitos que determina o que cada grupo contribui e recebe do Estado”.

Para tanto estabeleço, a partir do referencial teórico aqui mobilizado, a seguinte pergunta: *A percepção da renda pelos indivíduos influencia suas preferências redistributivas?* Bem como proponho testar a hipótese de que *quanto maior o nível de renda percebida, menor as preferências redistributivas*, com dados para América Latina.

Estudos acerca dessa questão ainda possuem um foco reduzido na região, visto que essa torna-se particularmente interessante por apresentar as maiores desigualdades socioeconômicas do mundo, que se estende desde a distribuição de renda e ativos, ao acesso a serviços de saúde e educação (GOÑIN, 2011). Embora as transições democráticas na América Latina tenham feito a opinião pública uma variável relevante no processo político, a adoção de políticas neoliberais reduziu o papel do Estado na sociedade em um contexto de elevados níveis de desigualdade socioeconômica na região (BLOFIELD; LUNA, 2011).

Em contrapartida, esse mesmo processo de transição caracterizou-se também por uma onda de demanda por políticas sociais e pressões sobre os governos para redução da pobreza. Nesse contexto, a difusão de programas de transferência de renda condicionada na região nos anos procedentes coincidiu com um período o qual a pobreza e a desigualdade diminuíram (DE LA O, 2015; MELO *et al*, 2014) e ressaltou o papel redistributivo do Estado, especialmente para a parcela mais pobre da população. Essa justaposição representa um desafio significativo para os países e seus governos na América Latina, uma vez que consenso social sobre o papel do Estado transita entre uma redução do papel do Estado na região e, ao mesmo tempo, provedor de políticas inclusivas.

Para construir o argumento, o referencial teórico é desenvolvido como segue: utilizo a percepção da renda como variável explicativa das preferências redistributivas. Essa abordagem segue a linha de trabalhos que desafiam o consenso na economia política acerca da formação de tais preferências pela renda real. Essa vertente afirma que a posição do indivíduo na distribuição de renda determina suas preferências por redistribuição. Apresento, pois, três perspectivas teóricas que superam tal argumento econômico e, por conseguinte, exponho linhas de análise alternativas como percepção da renda, mobilidade social e hierarquia de preferências. Essas abordagens apresentam argumentos promissores sobre a variância das preferências redistributivas dos diversos países, devido a uma hierarquia de preferências entre ricos e pobres; ou por que os pobres apoiam menos a redistribuição, ou os ricos mais, tendo como fator interveniente a mobilidade social; ou como esses indivíduos se inserem na distribuição de renda, através da percepção de renda ou da estrutura da desigualdade.

Essa análise se centra no nível individual e tem como escopo a América Latina. Para tanto, apresentei um modelo com um conjunto de dados de oito países da América Latina do

último quadriênio do *World Values Survey* (2010-2014). São dados recentes e que, até então, não foram utilizados para construir semelhante análise na região. Utilizo como técnica estatística a combinação de uma análise exploratória de dados, juntamente com a regressão logística ordenada, visto que variável dependente é ordinal, isto é, caracteriza-se por ser um conjunto de valores numéricos que refletem uma classificação ordinal. Tal técnica foi especificamente elaborada para prever a probabilidade de um evento ocorrer, ou seja, a probabilidade de uma observação estar no grupo codificado em uma das categorias da variável dependente. As variáveis de controle foram estabelecidas segundo as explicações alternativas da relação entre nível de renda percebida e preferências redistributivas: classe média, nível educacional, escala política, apoio a desigualdade, medo do crime, perspectiva de mobilidade, idade, gênero, status de emprego, estado civil e país.

Os resultados encontrados indicam que o nível de renda percebida importa na formação de preferências redistributivas. A probabilidade de ter um apoio a preferências redistributivas é maior entre aqueles que afirmam que o nível de renda percebida é baixo. Não obstante, os efeitos marginais constataam que a probabilidade de ser favorável a redistribuição ainda é expressiva entre aqueles que possuem um nível de renda percebida alto. Os resultados também apontam que características individuais não conseguem explicar a relação entre nível de renda percebida e preferências redistributivas, bem como demonstram que a probabilidade de ser “avesso a redistribuição” é maior entre aqueles afirmam que trabalho duro não leva ao sucesso, isso se deve por “sorte ou conexões”. Tive a precaução de não cair na tentação de confrontar percepções com dimensões objetivamente mensuráveis a fim de confirmar ou falsear as percepções dos indivíduos, o que poderia ser interpretado como um ajuizamento das representações dos respondentes (SCALON, 2007).

Essa dissertação está organizada da seguinte forma: na próxima seção, para fins de fundamentação teórica, é apresentado um levantamento preliminar dos principais argumentos teóricos que explicam a formação das preferências redistributivas. Em seguida, será abordada a estratégia empírica, onde é apresentada uma análise descritiva dos dados; quais variáveis de controle introduzi na análise; qual melhor modelo para testar empiricamente a hipótese e como garantir a robustez dos resultados. Na sequência, os achados e limitações são também discutidos. Por fim, nas considerações finais retorno ao desenho de pesquisa e seu referencial teórico para dialogar com os resultados aqui encontrados.

2 Debate sobre preferências redistributivas

O argumento teórico desse trabalho advém de quatro perspectivas distintas sobre a formação de preferências redistributivas. Antes de realizar uma breve apresentação, é importante definir o conceito da variável dependente, *preferências redistributivas*, o qual irei trabalhar ao longo de todo o quadro teórico.

Segundo Alesina e Giuliano (2009), os economistas tradicionalmente estabeleceram como pressuposto que os indivíduos têm preferências definidas quanto ao consumo e maximizam sua utilidade diante de um conjunto de restrições. O mesmo princípio é aplicado para preferências redistributivas. O equilíbrio de impostos e transferências é determinado pela maximização da utilidade do consumo e lazer, bem como de algumas preferências individuais. As preferências redistributivas não dependem apenas de onde os indivíduos estão na escala de renda, mas como eles projetam como serão as políticas redistributivas de longo prazo. Deste modo, o conceito de preferências redistributivas que será utilizado ao longo de todo esse trabalho segue esse mesmo pressuposto econômico e é definido como o apoio a redistribuir dos ricos para os mais pobres.

Saliento que o Estado social moderno, além de ter o objetivo da redistribuição, também provê seguridade social (pensões, seguro desemprego, entre outros). Alesina e Giuliano alertam que esses dois conceitos podem ser distinguidos normativamente, mas não ocorre de forma semelhante na parte empírica. É o que os estatísticos denominam de validade de uma variável: “extensão em que uma medida ou um conjunto de medidas representa corretamente o conceito de estudo – o grau em que se está livre de qualquer erro sistemático ou não aleatório. A validade se refere a quão bem um conceito é definido pela medida” (HAIR *et al*, 2009, p.22). Perguntas de pesquisa ou qualquer outro método para mensurar preferências redistributivas nem sempre conseguem distinguir se favorecem a seguridade social ou a redistribuição. Torna-se um problema empírico, mas apresentar altas preferências para ambos os objetivos provavelmente deve ter alta correlação entre si (ALESINA; GIULIANO, 2009). Reconheço que a variável aqui mobilizada passa por esse mesmo problema de validade, uma vez que não é possível discernir o seu foco.

A seguir, apresento as várias abordagens sobre a formação de preferências redistributivas. A primeira perspectiva equivale a abordagem tradicional de que as preferências redistributivas são fundamentalmente uma função da renda. Em outras palavras, a posição do indivíduo na distribuição de renda molda suas preferências por redistribuição. A segunda perspectiva aponta que a distribuição de renda *per si* não é suficiente para explicar a formação

de preferências redistributivas, uma vez que os pobres podem não demandar por redistribuição, quando possuem perspectivas de mobilidade social para eles ou para seus filhos. A terceira perspectiva afirma que a desigualdade importa. Todavia não será a distribuição de renda real que influenciará a formação de preferências, mas sim a estrutura da desigualdade. Esta pode ser entendida segundo a afinidade social ou a percepção da renda. A quarta perspectiva estabelece que a hierarquia de diferenças das preferências redistributivas entre ricos e pobres são dependentes do nível macro da desigualdade.

As três últimas perspectivas quando não utilizam as percepções sobre a renda, adotam a percepção sobre desigualdade. Tais trabalhos apresentados brevemente acima se direcionam ao denominador comum de que as demandas por redistribuição não possuem correlação com a desigualdade real, mas sim com a percepção da desigualdade pelos indivíduos, como será exposto a seguir.

2.1 Renda importa?

O argumento central sobre a formação de preferências redistributivas é o modelo do eleitor mediano (ROMER, 1975; MELTZER E RICHARD, 1981). Tal modelo tornou-se um paradigma na economia política e vem sendo discutido desde então. Em suma, o argumento desenvolvido pelos autores é que as preferências do eleitor mediano determinam o aumento dos gastos públicos do governo. O eleitor mediano seria aquele que se situa na mediana da distribuição de renda. Se utiliza a mediana por essa ser a melhor medida de tendência central para descrever variáveis que possuem uma distribuição assimétrica. A distribuição de renda é positivamente inclinada (enviesada à esquerda), visto que possui grandes valores positivos extremos (extremo no sentido de que não há muitas unidades com esses valores).

Tal mecanismo do modelo do eleitor mediano ocorre da seguinte maneira: quanto maior é a lacuna entre a renda do eleitor mediano da renda média, maior será a transferência fiscal dos ricos para os pobres em um sistema de votação de regra por maioria (BLOFIELD; LUNA, 2011). A implicação desse modelo é que em uma distribuição de renda, onde a mediana se situa entre rendimentos baixos, acarretará em um aumento de pensão e redistribuição dos ricos para os pobres (MELO *et al*, 2014). Portanto, os indivíduos que se situam abaixo da renda mediana demandam por redistribuição, enquanto aqueles acima dessa mediana procuram evitar tais transferências.

Segundo Rueda e Stegmueller (2015), o consenso na literatura sobre o assunto é que ou não existe uma associação entre desigualdade e redistribuição ou que a previsão do modelo do

eleitor mediano se comporta ao contrário: menor desigualdade está associada à maior redistribuição.

É importante destacar que a relação negativa entre renda e preferências redistributivas apresentada por esse modelo é seguida por esse trabalho. Todavia, apresento argumentos posteriormente de que tal relação não é concebida através da renda real dos indivíduos, mas da sua percepção do nível de renda ou da estrutura da desigualdade.

2.2 Mobilidade social – Hipótese POUM

O argumento mobilizado até aqui pareceu denotar que os pobres sempre apoiarão políticas redistributivas. Contudo, é importante destacar que a relação entre renda e preferências redistributivas possuem uma variável interveniente de destaque, a perspectiva de mobilidade social. A Hipótese *prospect of upward mobility* (POUM) propõe que até mesmos os pobres podem apoiar baixos níveis de redistribuição, caso eles esbocem, no futuro, que eles ou seus descendentes possam ter uma progressão em sua renda (BENABOU; OK, 2011).

Isto é, futuramente sejam um contribuinte líquido e que não se beneficiem das taxas de impostos e políticas de redistribuição. Logo, sociedades com alta mobilidade social podem optar por baixos níveis de redistribuição. Em sociedades onde essa mobilidade é baixa, o teorema do eleitor mediano iria imperar e os pobres apoiariam uma alta redistribuição.

A hipótese POUM deve operar sob algumas premissas: as políticas escolhidas hoje, devem perdurar a longo prazo; os indivíduos não devem ser muito avessos ao risco e os mais pobres devem projetar tornar-se mais ricos que a média posteriormente.

Esse perfil otimista da hipótese POUM parece não ser corroborado na América Latina. Gaviria (2007) apresenta um perfil pessimista dos latino-americanos quanto as suas experiências de mobilidade. Esses consideram que a sua situação socioeconômica atual é a mesma de seus pais. As preferências por redistribuição na região ainda são bastante proeminentes entre os indivíduos pobres. Já aqueles que acreditam estar no mesmo status socioeconômico que seus pais e que o mercado, afirmam estar sob condições sociais injustas. Ainda Scalón (2007) afirma que a elite se mostra cética quanto ao sucesso conquistado por meio do esforço pessoal ou da inteligência e qualificação.

A hipótese POUM dá respaldos parciais ao apoio à redistribuição, segundo Daude e Melguizo (2008). Os indivíduos que acreditam que seus filhos irão ascender socialmente tendem a apoiar menos a redistribuição. De outro modo, aqueles que ascenderam socialmente no passado tendem a apoiar mais a redistribuição. Assim, enquanto o primeiro resultado é

claramente em linha com a hipótese POUM, a interpretação da segunda é mais complicada. O segundo resultado pode indicar que as pessoas que experimentaram mobilidade ascendente acreditam que sua mobilidade foi auxiliada pela redistribuição e, portanto, continuam a apoiá-la posteriormente.

2.3 Estrutura da desigualdade e percepção do nível de renda

O nível de desigualdade importa? Em contrapartida ao consenso de que níveis de renda interferem nas preferências redistributivas, construiu-se a perspectiva de que a estrutura da desigualdade poderia interferir em tais preferências. Essa argumentação alternativa permite identificar o formato de uma sociedade, pois a maneira como se articulam as relações entre as classes ou estratos reflete a estrutura social (SCALON, 2007).

Para se entender essa abordagem é importante apresentar a definição de classe média. Sigo a mesma definição apresentada por Ferreira *et al* (2013), o qual adota uma perspectiva econômica definindo-a com base na noção de segurança econômica, ou seja, a baixa probabilidade de cair na pobreza.

A partir dessa definição, fica mais claro entender essa relação entre estrutura da desigualdade e preferências redistributivas. Por essa perspectiva, os eleitores de renda média seriam inclinados a aliar-se aos eleitores de baixa renda e apresentar preferências redistributivas, em consequência de que a distância entre os indivíduos de renda média e os pobres é menor do que essa classe média e os ricos. A classe média teria um papel na redistribuição de *social affinity* (LUPU; PONTUSSON, 2011).

A hipótese de *social affinity* segue o pressuposto econômico já citado de que os indivíduos são maximizadores do interesse próprio, mas como membro de grupos sociais ou redes. Estudo de Shayo (*apud* LUPU; PONTUSSON, 2011, p.318) sugere que o conceito de *social affinity* poderia ser estendida a classes sociais definidas pela renda. Dessa forma, a questão central dessa análise se concentra em averiguar se os indivíduos de renda média se consideram semelhantes às classes mais pobres ou mais ricas.

Na ausência de clivagens étnicas, enquanto não houver uma classe que corresponda uma maioria no eleitorado, as políticas redistributivas serão definidas pela coalização de dois grupos, a qual provavelmente irá incluir a classe média². A análise de Lupu e Pontusson (2011) sugere que a política governamental tende a tornar-se mais redistributiva à medida que a metade

² Mais sobre os valores na classe média e seu papel na América Latina ver Ferreira *et al* (2013).

superior da distribuição de renda possui seus rendimentos mais dispersos e a metade inferior possui seus rendimentos mais concentrados. Essa inferência é em parte uma função de distância entre as duas posições. Segundo os referidos autores, quando a distância dos pobres para aqueles de classe média é pequena, os membros dessa classe enfrentam uma maior probabilidade tornarem-se pobres ou seus filhos. Essa proximidade e, por conseguinte, compressão dos rendimentos reforça a afinidade da classe média com os pobres. Por outro lado, as perspectivas de mobilidade destacam a afinidade entre a classe média e os ricos.

As preferências redistributivas, por outra perspectiva, podem sofrer uma influência preponderante da percepção subjetiva da desigualdade. Isto é, a formação de tais preferências é formulada a partir da percepção do indivíduo sobre a desigualdade em seu país e, subjetivamente, como ele visualiza sua posição na distribuição de renda. Ainda aqui o formato da distribuição de renda importa.

Entretanto, autores como Gimpelson e Treisman (2015) e Niehues (2014) apresentam achados empíricos que confirmam que a percepção sobre a desigualdade de renda é primordial para compreensão da concepção de sistemas de impostos e transferências de renda. Desse modo, tais autores defendem uma reformulação teórica sobre os efeitos políticos da desigualdade, adotando como variável independente principal a percepção da desigualdade, uma vez que testes empíricos indicam que é através da percepção que são construídas as demandas por redistribuição.

É importante ressaltar que tais teorias alternativas não excluem totalmente da análise a distribuição de renda real. Na verdade, questionam se os indivíduos realmente sabem se eles são relativamente pobres ou relativamente ricos. Isso não quer dizer que o indivíduo desconheça sua própria renda, mas sim que possivelmente ignore a distribuição de renda a qual se insere. Os indivíduos, assim sabem pouco sobre a extensão da desigualdade de renda em suas sociedades, se tem aumentado ou diminuído e, principalmente, onde eles se encaixam pessoalmente nessa distribuição. Não obstante os níveis de desigualdade reais serem os melhores indicadores de distribuição de renda, não coincidem com as preferências redistributivas. As melhores estimativas atuais que se relacionariam com as preferências por redistribuição na sociedade são os níveis de desigualdade percebida.

Argumento semelhante desenvolvido é de que os cidadãos sabem pouco sobre os seus governos e que isso afeta as preferências políticas em termos de gastos públicos. Turgeon e Rennó (2010), em um estudo experimental no Brasil, questionam se a informação política não é importante para a formação de opiniões. Especificamente, os autores, a fim de testar tal argumento, examinam como a informação sobre o governo federal brasileiro afeta preferências

políticas do cidadão em termos de gasto público. O acesso à informação contribui para preferências de um estado menos extrativo e com gastos públicos reduzidos.

O acesso a informação também está relacionado ao nível médio de educação em um país. Segundo Alesina e Giuliano (2009), a educação possui externalidades positivas vis-à-vis a desigualdade. Mais desigualdade implica que mais pessoas estão abaixo de um nível de renda, o que não lhes permite adquirir uma educação. Os ricos podem se favorecer de algum tipo de redistribuição, visto que conduziria a um aumento do nível médio de educação, o que aumentaria a produtividade agregada do país.

Outra questão relevante é o *apoio à desigualdade*, ou seja, quais os limites que são toleráveis? Seria de se esperar alguma relação entre as preferências dos cidadãos e as políticas governamentais. De facto, nas democracias avançadas, as preferências dos cidadãos em geral correlacionam-se com as políticas governamentais e os níveis reais de desigualdade. A América Latina apresenta uma visão polarizada sobre a questão. Segundo Blofield e Luna (2011) os latino americanos ou apoiam uma maior desigualdade ou demandam por uma redistribuição mais radical. Ainda os mesmos autores afirmam que essa demanda por redistribuição parece ter aumentado no tempo, todavia não reflete na ideologia ou na política partidária. Em contrapartida, ao analisar os valores da elite com os demais estratos da sociedade, Scalón (2007) encontra que a sociedade brasileira se caracteriza como extremamente desigual e almejam por uma sociedade mais igualitária.

Estudos recentes também enfatizam o papel causal de uma série de outros fatores sobre as preferências redistributivas que buscam explicar de onde vem as diferentes preferências por redistribuição como: ideologia e partidarismo, uma vez que partidos de esquerda e centro-esquerda agem em prol dos pobres e os ajudam a superar problemas de ação coletiva (BLOFIELD; LUNA, 2011; BIRDSALL *et al*,2011); a qualidade dos gastos públicos, visto que quanto mais os indivíduos percebem a qualidade dos serviços públicos, mais dispostos estão de pagar impostos (DAUDE; MELGUIZO, 2008) e experiências históricas diferentes em diferentes países podem levar a várias normas sociais sobre o que é aceitável ou não em termos de desigualdade (ALESINA; GIULIANO, 2009)

2.4 Hierarquia das preferências

E o que poderia explicar a diferença de preferências redistributivas de ricos e pobres entre os países? O argumento desenvolvido sob essa perspectiva é de que existe uma hierarquia de preferências. Os indivíduos pobres dão importância à redistribuição em consequência dos

impostos e transferências imediatas. Entretanto, as preferências dos ricos são significativamente menos sensíveis a esses dois fatores. O que pode intervir na formação de preferências redistributivas dos ricos são as externalidades negativas da desigualdade.

Tais externalidades podem explicar a variância de preferências redistributivas dos ricos, uma vez que os pobres em regiões de alta ou baixa desigualdade não possuem variação significativas no apoio à redistribuição. Esses apresentam um alto apoio à redistribuição sob qualquer nível de desigualdade indistintamente (RUEDA; STEGMUELLER, 2015).

Esse efeito condicional de desigualdade pode ser explicado por micro fatores distintos, sendo o mais importante a preocupação com crime, uma vez que é a externalidade negativa mais visível da desigualdade. Assim, as preferências redistributivas de um indivíduo rico em uma região de baixa desigualdade diferem nitidamente de um indivíduo de renda semelhante em uma região de alta desigualdade, concomitante a um maior ou menor *medo do crime*.

Contudo, Alesina e Giuliano (2009) afirma que considerar o *medo do crime* como uma externalidade negativa da desigualdade e assim inferir que os ricos apresentassem preferências redistributivas a fim de gastar menos em segurança pode ser um raciocínio problemático. Esse argumento implica que haveria mais redistribuições que o previsto tanto pelo modelo de Meltzer e Richard, como pela hipótese *POUM* e possui uma suposição implícita de custaria menos para os ricos redistribuir do que aumentar os gastos com segurança.

Enfim, para encerrar esta seção, segue abaixo um quadro com os principais argumentos sobre a formação de preferências redistributivas. Para cada determinante foram dispostos os principais trabalhos que versam sobre esses argumentos, detalhando os pressupostos, a metodologia e os resultados de cada um deles³.

³ Optei por não colocar todos os trabalhos citados no debate teórico porque o objetivo do quadro é mostrar os principais argumentos utilizados. Os trabalhos que não foram expostos neste quadro abaixo continuam sendo relevantes para o estudo, pois expõem argumentos diferentes daqueles adotados nesta dissertação.

QUADRO 1 – Resumo teórico

<i>Determinante</i>	<i>Autor</i>	<i>Argumento</i>	<i>Metodologia</i>	<i>Resultados</i>
Renda real	Romer (1975); Meltzer e Richard (1981)	As preferências do eleitor mediano determinam o aumento dos gastos públicos do governo	-	Eleitores com renda abaixo do eleitor mediano votam em candidatos que são a favor de altos tributos e favoráveis a redistribuição; Eleitores com renda acima da renda do eleitor mediano votam em candidatos favoráveis a baixos tributos e favoráveis a menor redistribuição
Mobilidade social	Benabou e Ok (2001)	Os pobres podem apoiar baixos níveis de redistribuição, caso eles esbocem, no futuro, que eles ou seus descendentes possam ter uma progressão em sua renda	<i>US mobility Data</i>	A hipótese <i>POUM</i> é compatível com as expectativas racionais e fundamentalmente interligada com a concavidade do processo de mobilidade social.
	Gaviria (2007)	Testa a hipótese <i>POUM</i> na América Latina	Dados do <i>Latinobarômetro</i> para 17 países da América Latina.	Latino americanos possuem um perfil pessimista quanto a experiências de mobilidade. Esses consideram que a sua situação socioeconômica atual é a mesma de seus pais. As preferências por redistribuição na região ainda são bastante proeminentes entre os indivíduos pobres. Já aqueles que acreditam estar no mesmo status socioeconômico que seus pais e que o mercado, afirmam estar sob condições sociais injustas.
Percepção da renda	Lupu e Pontusson (2011)	A estrutura da desigualdade e não a desigualdade per si que importa para políticas redistributivas em sociedades capitalistas avançadas	Dados de <i>Luxembourg Income Study (LIS)</i> e <i>OECD Social Expenditures Database</i>	Os eleitores de renda média seriam inclinados a aliar-se aos eleitores de baixa renda e apresentar preferências redistributivas, em consequência de que a distância entre os indivíduos de renda média e os pobres é menor do que essa classe média e os ricos.
	Blofield e Luna (2011)	Mapear as atitudes dos indivíduos e relação a desigualdade na América Latina e examinar seus determinantes	Testa dados das 3 ondas do <i>World Values Survey</i> comparando a América Latina aos países da OCDE	A América Latina apresenta uma visão polarizada sobre o apoio à desigualdade. Os latino americanos ou apoiam uma maior desigualdade ou demandam por uma redistribuição mais radical. Ainda essa demanda por redistribuição parece ter aumentado no tempo, todavia não reflete na ideologia ou na política partidária.
	Niehues (2014)	Preferências redistributivas podem ser explicadas pela percepção da desigualdade social	International Social Survey Project (ISSP 2009) para estimar a percepção média da distribuição de renda para os respondentes em 24 países e comparou-os para distribuições de renda real	Níveis semelhantes de desigualdade podem ser visto de maneira diferente em diferentes sociedades. Em contraste com o real nível de desigualdade de renda, uma medida recém-desenvolvida da desigualdade percebida ("coeficiente de Gini subjetivo") pode explicar uma grande fração da variação visões críticas sobre as diferenças de renda. Do mesmo modo, as preferências de

			como registrado nas estatísticas nacionais	redistribuição estão fortemente correlacionadas com o grau de desigualdade percebida.
	Gimpelson e Treisman (2015)	Realizam o mesmo teste que Niehues (2014) para 40 países no mundo	<i>ISSP 2009</i> para 40 países e <i>World Values Survey</i>	Percepção do nível de desigualdade, e não o real nível se correlaciona fortemente com a demanda por redistribuição e relataram conflitos entre ricos e pobres.
	Turgeon e Rennó (2010)	Os cidadãos sabem pouco sobre os seus governos e que isso afeta as preferências políticas em termos de gastos públicos	Estudo experimental no Brasil	O acesso à informação contribui para preferências de um estado menos extrativo e com gastos públicos reduzidos.
Hierarquia de Preferências	Rueda e Stegmüller (2015)	Há um grau de variação nas preferências entre ricos e pobres	Dados do <i>European Social Survey</i> para averiguar a os efeitos da distância da renda individual do nível macro de desigualdade	Os indivíduos pobres dão importância a redistribuição em consequência dos impostos e transferências imediatas. Entretanto, as preferências dos ricos são significativamente menos sensíveis a esses dois fatores. O que pode intervir na formação de preferências redistributivas dos ricos são as externalidades negativas da desigualdade.

3 A influência da percepção do nível de renda na formação de preferências redistributivas

Após a apresentação de todo quadro teórico exposto, proponho trabalhar com a relação entre preferências redistributivas e percepção da renda. O argumento aqui desenvolvido é que a incerteza e a percepção sobre a renda são onipresentes na formação de preferências redistributivas. Significa dizer os indivíduos tem conhecimento sobre sua renda real, mas saber se possuem muito ou pouco é formulado de acordo com percepção da distribuição de renda em seu país (GIMPELSON; TREISMAN, 2015).

Sendo assim, a atual pesquisa é pautada na seguinte questão central: *a percepção da renda pelos indivíduos influencia suas preferências redistributivas?* O arcabouço teórico apresentado na seção anterior destaca a variável dependente, preferências redistributivas, e a variável independente, nível de renda percebida. A hipótese que propus é de que quanto maior o nível de renda percebida, menor serão as preferências redistributivas. Essa hipótese aqui testada foi formulada seguindo a abordagem alternativa da percepção subjetiva da desigualdade. Busco assim testar a abordagem teórica de que a formação de preferências é formulada a partir de duas percepções subjetivas do indivíduo: a estrutura da desigualdade e a sua percepção de renda. As alternativas teóricas a essa explicação são a de *social affinity*, hipótese *POUM*, *nível educacional*, *escala política* e *medo do crime*. Todas essas alternativas teóricas foram utilizadas como variáveis de controle

Também considerei como controle que as preferências redistributivas exibem diferenças entre os países e pode variar no tempo. E por fim que existem características individuais que, por ventura, podem também interferir nessa relação entre nível de renda percebida e preferências redistributivas (idade, estado civil, emprego, entre outros) (ALESINA; GIULIANO, 2009).

3.1 Estratégia Empírica

Em síntese, propus estudar nesse trabalho a formação das preferências redistributivas, a partir da percepção de renda nos países da América Latina. Para evidências *cross-country*, utilizei dados individuais da sexta onda do *World Values Survey*⁴ - *WVS* (2010-2014). Entretanto, para testar empiricamente a hipótese apresentada são levantadas algumas questões: Como mensurar preferências redistributivas? Que variáveis de controle introduzir na análise?

⁴ O World Values Survey (www.worldvaluessurvey.us) é uma rede global de cientistas sociais que estudam mudanças de valores e seu impacto na vida social e política, liderada por uma equipe internacional de estudiosos.

Qual o melhor modelo para testar empiricamente as hipóteses? Como garantir a robustez dos resultados? A atual seção visa responder essas perguntas. Para tanto, é preciso atentar para as possibilidades e limitações que circundam o desenho empírico estruturado para responder à pergunta central desse estudo, como será visto adiante.

A escolha de estudar as preferências na região não se deu por acaso. Algumas justificativas devem ser destacadas. Primeiramente, diversos trabalhos, além dos já expostos acima, utilizam a América Latina como objeto de estudo, visto o alto nível de desigualdade na região (GOÑIN, 2011). Tal conjuntura da região foi acompanhada desde o período de redemocratização, mais precisamente início dos anos 1990, de um crescimento inclusivo, uma vez que esses países vêm adotando políticas redistributivas (DE LA O, 2015; BARRIENTOS *et al*, 2014). Os países latino-americanos têm feito experiências com abordagens inovadoras para a redução da pobreza. Os programas que foram criados na região têm atraído a atenção de estudiosos e formuladores de políticas em todo o mundo.

Ademais, vale a pena notar que o estudo sobre as preferências dos indivíduos é relevante em seu próprio direito, porque, como mostrado na seção 2, sejam essas condizentes ou não com os níveis reais de desigualdade, possuem alta relevância para a compreensão das demandas por redistribuição. Assim, esse trabalho contém em sua análise variáveis de percepção sejam elas de renda, classe, mobilidade social ou políticas.

Tem-se conhecimento de outros possíveis *surveys* que poderiam ser utilizados nesse estudo. No entanto, o WVS fornece perguntas sobre crenças e um grande conjunto de variáveis demográficas e socioeconômicas. Possui também uma pergunta de entrevista que me permite analisar as preferências por redistribuição e a renda percebida pelos indivíduos. Ainda a estrutura da pergunta é construída em formato de escala, variando de 1 a 10. Embora esse tipo de questão possa traduzir em pontos de vista mais polarizados, tem a vantagem de evitar um viés pró-redistributivo causado pela ausência de uma assertiva que indicasse um extremo oposto (BLOFIELD; LUNA, 2011). Também é importante ressaltar que o referido *survey* apresenta duas diferentes perguntas para percepção de renda: uma que condiz com o nível de renda em escala e outra que condiz com a classe social. Ainda, se destaca o tamanho da amostra entre os países, visto que flutua entre 1000 e 2000 entrevistados por país.

Dito isto, é importante destacar que o método de amostragem utilizado pelo *survey* é o probabilístico, o qual cada país detém uma amostra nacional representativa de seu público. Os questionários são estruturados de maneira uniforme e a entrevista é realizada por organizações especializadas na área que utilizam entrevistas presenciais ou por telefone para áreas remotas.

Cada país possui um cientista social responsável pela condução do *survey*, que trabalha em instituições acadêmicas, obedecendo a metodologia ditada pelo WVS.

Utilizo, pois, dados do WVS para os nove países onde ocorreram entrevistas na região no período de 2010 a 2014.

Quadro 2: Realização do *survey* na 6ª onda do WVS nos países da América Latina

<i>País</i>	<i>Ano de realização do survey</i>	<i>Nº de respondentes</i>
Brasil	2014	1086
Colômbia	2012	608
Chile	2011	1175
Equador	2013	1130
México	2012	1809
Peru	2012	932
Trinidad e Tobago	2010	531
Uruguai	2011	731
Total	-	8002

Fonte: Elaboração própria com base no WVS.

O número de entrevistados é expressivo: o N é igual a 8.002. A amostra inicial dos países da região continha 11.439 entrevistados, os quais foram reduzidos por serem excluídos da análise as categorias referentes “resposta inapropriada”; “não respondeu ao survey”; “não aplicado”; “não respondeu” e “não sabe”. A exclusão de tais categorias é uma decisão técnica que visa trazer parcimônia aos dados analisados, visto que analiso apenas aqueles que realmente responderam as questões do *survey*. Também devido as limitações da técnica estatística utilizada, uma vez que a regressão logística ordinal possui limitações quanto a possíveis *missings* no banco de dados. O número de entrevistados na amostra aqui analisada é maior em alguns países, do que em outros. Entretanto, essa configuração dos dados não prejudica a proporcionalidade da distribuição dos dados por variáveis, como podem ser visualizados nos gráficos de distribuição abaixo. Isso corrobora o método de amostragem probabilístico do próprio *survey* como dito anteriormente.

Antes de partir para a definição e mensuração das variáveis é de suma importância reconhecer as limitações desse trabalho. Os resultados aqui encontrados são válidos apenas para o período de 2010 a 2014. Isto é, não podemos concluir que o padrão encontrado se mantém no tempo na região. Também é importante ressaltar que o modelo utilizado não pretende estimar uma causalção entre a variável independente e os controles e preferências redistributivas. Antes disso, tal modelo permite apenas uma relação probabilística entre tais variáveis. Dessa forma,

conclusões generalizáveis não são possíveis diante do desenho adotado no atual estudo. Ainda assim, seus resultados trazem grande contribuição para a teoria, na medida em que insere variáveis antes suprimidas na análise da ciência política sobre preferências redistributivas.

3.2 Definindo e mensurando variáveis

Este tópico é destinado à apresentação e organização dos dados referentes às variáveis que são incluídas na análise. A partir da fundamentação teórica, adotei a seguinte variável explicativa: nível de renda percebida. As variáveis de controle foram estabelecidas segundo as explicações alternativas da relação entre nível de renda percebida e preferências redistributivas: classe média, nível educacional, escala política, apoio à desigualdade, medo do crime, perspectiva de mobilidade, idade, gênero, status de emprego, estado civil e país. Essas são classificadas em categóricas ordinais, categóricas binárias e uma variável contínua (idade). As categóricas binárias são *classe média, gênero e país*. Para cada país foi criada uma variável *dummy* a fim de mensurar se pertencer ou não a um dado país interfere na relação da hipótese testada. Inseri essas variáveis *dummy* por país por duas razões: caso as ignorasse no desenho de pesquisa tal variável poderia negligenciar as diferenças entre países quanto a características individuais, nível de desigualdade, variáveis as quais o modelo não mensuraria. O país inserido na análise permite trabalhar com uma variável que reflete tais características de forma agregada. A segunda razão é que essas variáveis *dummy* também permite a interpretação dos resultados seja realizada por país e por indivíduo.

As variáveis categóricas ordinais são *preferências redistributivas, nível educacional, escala política, apoio à desigualdade, medo do crime, perspectiva de mobilidade, status de emprego e estado civil*. Essas possuem categorias que podem ser classificadas em escala, como pode ser visto no Quadro 3 a seguir, o qual apresenta a forma como essas variáveis (dependente, independente e de controles) foram mensuradas, bem como o resultado esperado da relação de cada variável com as preferências redistributivas.

Algumas considerações devem ser feitas quanto à relação esperada que propus. Essa foi estabelecida de acordo com o arcabouço teórico mobilizado. Assim estabeleci, por exemplo, que a relação entre a variável dependente, preferências redistributivas e a variável independente, nível de renda percebida, é negativa. Entretanto, a variável dependente, quanto as demais variáveis ordinais presentes nessa análise possuem extremos opostos entre as categorias. Por isso, a variável preferências redistributivas terá um sinal da relação estatística que poderá diferir do que a literatura propõe. Caso o sinal entre as variáveis venha a ser positivo, deve-se ao fato

da categoria 1 da variável preferências redistributivas indicar apoio à redistribuição e a categoria 10 como “avesso à redistribuição”, como irei apresentar mais adiante.

Quadro 3: Variáveis e perguntas do “World Values Survey (2010-2014)” utilizadas para mensuração

<i>Variável</i>	<i>Nome</i>	<i>Relação esperada</i>	<i>Categorias</i>	<i>Perguntas do survey</i>
Variável dependente	Preferências redistributivas	-	10 categorias, onde 1= <i>O governo deveria tomar mais responsabilidade para assegurar que todos sejam providos</i> e 10= <i>As pessoas devem tomar mais responsabilidade para prover para si mesmos</i>	V.98 Agora, gostaria que você dissesse a sua opinião sobre várias questões. Qual seu ponto de vista sobre essa escala? 1 significa que você concorda inteiramente com a declaração a esquerda; 10 significa que você concorda inteiramente com a declaração a direita; e se a sua opinião cai em algum lugar no meio, você pode escolher qualquer número entre os extremos. “ (1) O governo deveria tomar mais responsabilidade para assegurar que todos estejam providos” versus “As pessoas devem tomar mais responsabilidade para prover para si mesmos”(10)
Variável Independente	Nível de renda percebida	Negativa	10 categorias, onde 1= <i>mais baixo nível renda</i> e 10= <i>mais alto nível de renda</i>	V.239 Neste cartão há uma escala de renda em que 1 indica o grupo de renda mais baixo e 10 a mais alta faixa de renda em seu país. Gostaríamos de saber em que grupo a renda agregada de sua família está inserida. Por favor, especifique o número apropriado, contando todos os salários, vencimentos, pensões e outros rendimentos que recebem.
Controles	Classe média	Positiva	2 categorias: 1= classe média 0= outras classes	As pessoas, às vezes, se descrevem como pertencentes à classe trabalhadora, a classe média, ou a classe alta ou baixa. Poderia descrever-se como pertencente à:
	Nível educacional	Negativa	9 categorias: 1= <i>Nenhuma formação escolar</i> ; 2= <i>Primário incompleto</i> ; 3= <i>Primário completo</i> ; 4= <i>Secundário incompleto: técnico/ tipo vocacional</i> ; 5= <i>Secundário completo: técnico/ tipo vocacional</i> ; 6= <i>Secundário incompleto: tipo preparatório universitário</i> ; 7= <i>Secundário completo: tipo preparatório universitário</i> ; 8= <i>Superior incompleto</i> ; 9= <i>Superior completo</i>	Qual é o nível mais alto de educação que você alcançou?
	Perspectiva de mobilidade	Negativa	Escala de 1 a 10. Onde 1 é <i>a longo prazo, trabalho leva a uma vida melhor</i> e 10 <i>trabalho duro não leva ao sucesso – é mais uma questão de sorte e conexões</i>	V.100 Qual seu ponto de vista sobre essa escala? 1 você concorda totalmente com a afirmação a esquerda; 10 você concorda completamente com a afirmação da direita e caso você possua uma opinião entre ambos, pode escolher algum número entre 1 e 10.
	Medo do crime	Negativa	4 categorias: 1= <i>Frequentemente</i> ; 2= <i>Algumas vezes</i> ; 3= <i>Raramente</i> ; 4= <i>Nunca</i>	V.189 Nos últimos 12 meses, quantas vezes você ou sua família se sentiu inseguro em sua própria casa?
	Apoio a desigualdade	Negativa	10 categorias: onde 1= <i>A renda deve ser mais igual</i> e 10= <i>Precisamos de maiores diferenças de renda, como incentivo para o esforço individual</i>	V.96 Agora eu gostaria que você me dissesse a sua opinião sobre várias questões. Qual seu ponto de vista sobre essa escala? 1 significa que você concorda inteiramente com a declaração sobre a

				esquerda; 10 significa que você concorda inteiramente com a declaração sobre a direita; e se os seus pontos de vista caem em algum lugar no meio, você pode escolher qualquer número entre. "A renda deve ser mais igual" vs. "Precisamos de maiores diferenças de renda, como incentivo para o esforço individual"
	Escala política	Negativa	Escala de 1 a 10. Onde 1 é esquerda e 10 direita.	V.95 Sobre questões políticas, as pessoas falam em “esquerda” e “direita”. Como você situa seu ponto de vista, de uma maneira geral?
	Status de emprego	Positiva	6 categorias: 1=integral; 2=seis horas; 3=autônomo; 4=aposentado; 5=dona de casa; 6=estudante; 7=desempregado; 8=outro	V.229 Você está agora empregado ou não? Se sim, quantas horas por semana? Se mais de um emprego: somente para o trabalho principal
	Gênero	Positiva	2 categorias: 1=masculino; 2=feminino	V240 Gênero dos respondentes por observação
	Estado civil	Positiva	4 categorias: 1=casado; 2=divorciado; 3=viúvo; 4=solteiro	V.57 Você está atualmente:
	Idade	Positiva	18-97	V.242 Idade. Isso significa que você tem ___ anos de idade.
	País	-	8 países: Chile, Colômbia, Brasil, Equador, México, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai.	País onde foi aplicado o <i>survey</i>

Naturalmente, a análise descritiva das principais variáveis do trabalho e uma análise de correlação entre a variável independente e as variáveis de controle para identificar provável multicolinearidade entre elas, antecedem a execução da regressão, visando identificar a estrutura dos dados e a sua adequabilidade ao modelo. Desse modo, realizei o teste de correlação de *Goodman and Kruskal's gamma*, o qual é um teste de correlação não-paramétrico que mede o grau de força de associação e é utilizado quando uma ou ambas as variáveis são ordinais. Os valores das variáveis são convertidos em *ranks* e então são correlacionados. Os valores dessa correlação variam de -1 a +1, onde -1 significa associação negativa perfeita e +1 associação positiva perfeita. Para o conjunto de variáveis de controle e da variável explicativa desse trabalho, a correlação de *Goodman and Kruskal's gamma* possui valores que variam de -0.06 a 0.19 (ambos os valores considerados fracos) a um nível de significância de 0.05. Essas variáveis apresentam um efeito pequeno de associação entre si e, por isso, podem ser inseridas em um mesmo modelo estatístico, sem acarretar em problemas de multicolinearidade.

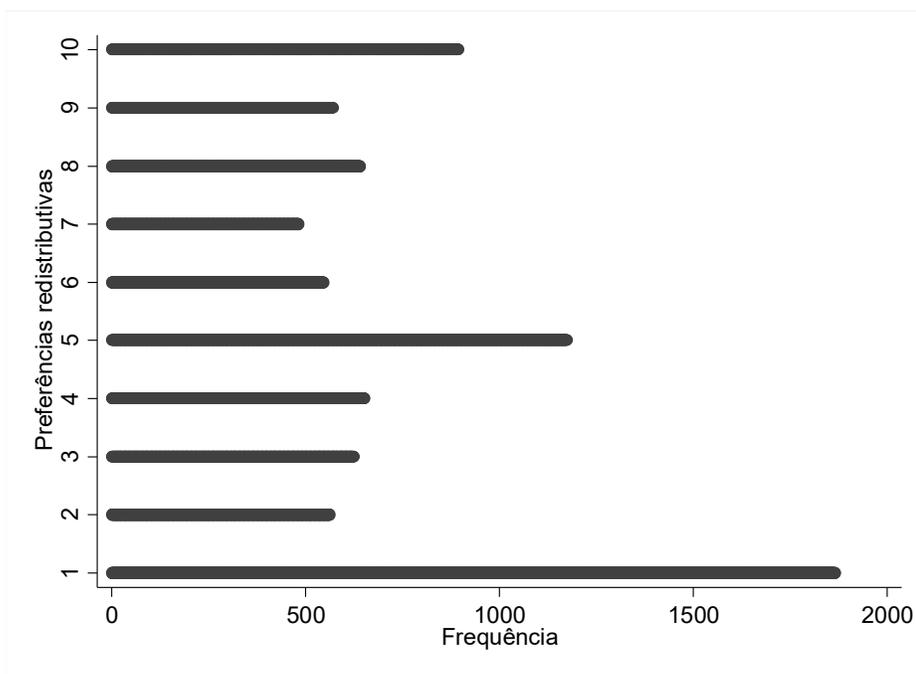
A análise descritiva dessas variáveis fez-se possível por meio de dois gráficos de distribuição: histogramas e *dotplots*. Este é um tipo de gráfico de dispersão que tem elementos de um *boxplot*, que permite comparar a distribuição de uma variável em várias categorias; de um histograma, visto que o valor fornecido é uma estimativa da densidade das categorias e de um *scatterplot*, uma vez que cada ponto representa uma observação (STATA, 2015).

O conjunto de histogramas e *dotplot* são apresentados como se segue: para cada variável exponho primeiramente um *dotplot* com os dados para América Latina e, em seguida, o histograma com a distribuição de frequências da mesma variável para cada país latino-americano.

A variável preferências redistributivas⁵ é baseada na seguinte questão do WVS: “Qual seu ponto de vista sobre essa escala? 1 significa que você concorda inteiramente com a declaração à esquerda; 10 significa que você concorda inteiramente com a declaração à direita; e se a sua opinião cai em algum lugar no meio, você pode escolher qualquer número entre os extremos. (1) O governo deveria tomar mais responsabilidade para assegurar que todos sejam providos” *versus* “As pessoas devem tomar mais responsabilidade para prover para si mesmos (10)”. Decodifiquei essa questão para que a categoria 1 represente na variável preferências redistributivas como 1 “favorável à redistribuição” e 10 “avesso à redistribuição”. Tal variável apresenta uma média de 4,89 e um desvio padrão de 3,11. Segue os gráficos de distribuição abaixo:

⁵ A mesma variável é utilizada por Alesina e Giuliano (2009) para o mesmo propósito.

Gráfico 1 - Dotplot das Preferências redistributivas na América Latina

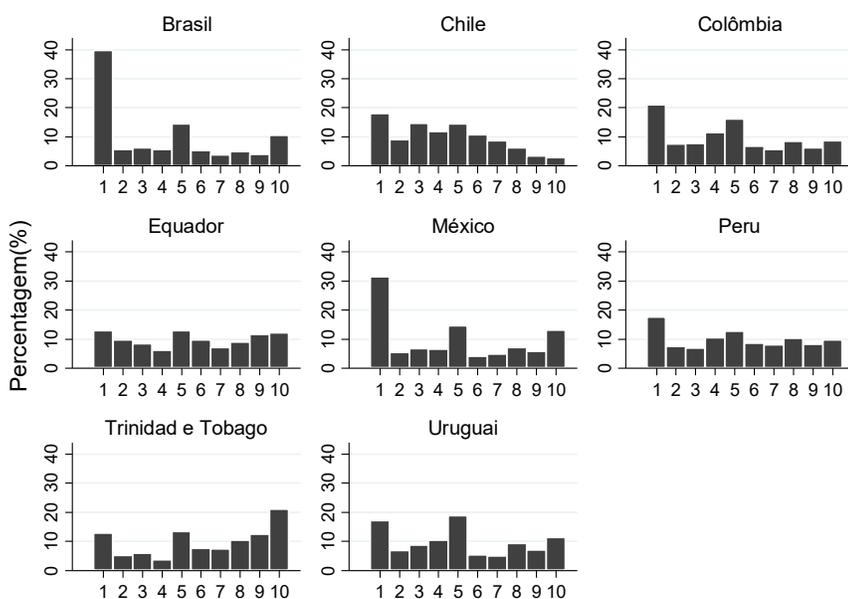


Legenda: Preferências redistributivas, onde 1= *favorável a redistribuição* e 10= *avesso a redistribuição*
 Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da análise do Gráfico 1, o primeiro ponto que destaco é que as preferências redistributivas dos latinos americanos possuem uma distribuição em que há uma concentração de 1866 respondentes (23,2%) entre aqueles que são favoráveis à redistribuição, o que não é surpreendente visto a alta desigualdade de renda na região. Entretanto, 895 respondentes (11,1%) são avessos à redistribuição. A distribuição dos respondentes também possui uma concentração na categoria 5, em torno de 1000 respondentes (14%) que podem ser considerados como neutros quanto a apoiar ou não a redistribuição. Os dados apresentam, assim, uma concentração nos valores extremos das variáveis.

O Gráfico 2 ainda possibilita uma melhor visualização das distribuições em cada país. Pode-se observar diferenças entre a distribuição regional para a América Latina e em alguns países específicos:

Gráfico 2 - Histograma das Preferências redistributivas por país



Legenda: Preferências redistributivas, onde 1=*favorável à redistribuição* e 10=*avesso à redistribuição*

Fonte: Elaborada pela autora

Brasil e México são os países que possuem um alto viés de concentração em preferências favoráveis à redistribuição. Entre os respondentes brasileiros cerca de 40% são favoráveis à redistribuição contra 10,5% que afirmam ser avessos. Já o México possui uma concentração de 31,5% entre aqueles que são favoráveis à redistribuição em contraposição a 13% que indicam ser avessos. Em menor proporção esse padrão é seguido por Chile, Peru, Uruguai e Colômbia. Esse último país apresenta 21% dos respondentes que são favoráveis à redistribuição. Outro valor expressivo também para a Colômbia está entre aqueles que escolheram a categoria 4 e 5, em torno de 11 e 16% respectivamente.

No Uruguai, a concentração de respondentes se deu em 18,8% na categoria 5, frente a 17% que afirmavam ser favoráveis à redistribuição e a 11,3% que afirmaram ser avessos. No Peru, a distribuição de respondentes é similar entre todas as categorias da variável, oscilando entre 6% e 10%. Todavia, a exceção é para a categoria favorável à redistribuição. Essa concentra em torno de 17,6% dos respondentes.

Entretanto, no Chile apenas 2,8% afirmam ser avessos à redistribuição, caracterizando a porcentagem mais baixa dessa categoria entre os países da amostra. A distribuição dos dados no Chile é positivamente inclinada, tendo uma maior concentração entre aqueles que são mais favoráveis à redistribuição (18%) a categoria 3 (14,6%) e 5 (14,4%).

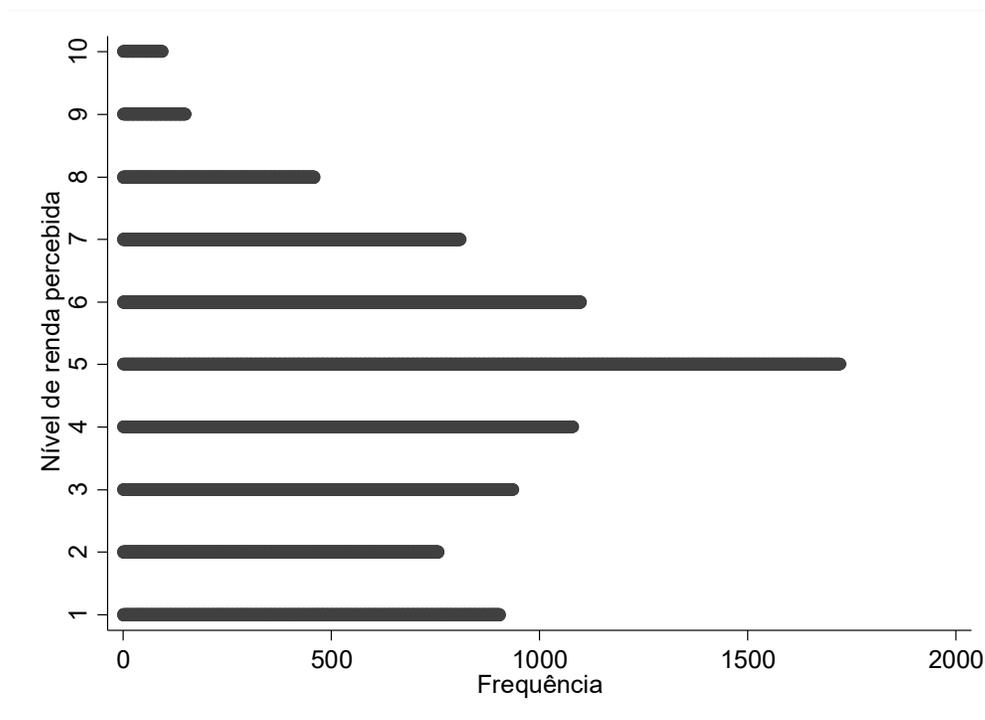
Trinidad e Tobago foi o único que apresentou a distribuição dos dados negativamente inclinada. A maior concentração se deu entre as categorias 8,9 e 10 (“avesso à redistribuição”), onde essa última teve uma porcentagem de 21% dos respondentes contra 12,8% daqueles que são favoráveis à redistribuição. Assim, os histogramas dos países demonstram um padrão para a região que possui indícios ou para preferências redistributivas ou com uma opinião neutra sobre a questão.

Dando continuidade à análise descritiva, a *variável independente*, nível de renda percebida⁶, foi selecionada de acordo com a abordagem proposta pela atual pesquisa. Nesse sentido, a pergunta do WVS utilizada para operacionalizá-la foi a seguinte: “Neste cartão há uma escala de renda em que 1 indica o grupo de renda mais baixo e 10 a mais alta faixa de renda em seu país. Gostaríamos de saber em que grupo a renda agregada de sua família está inserida. Por favor, especifique o número apropriado, contando todos os salários, vencimentos, pensões e outros rendimentos que recebem”. Analisar a percepção da renda familiar deve-se ao fato de se considerar a família como unidade de análise, uma vez que todos os membros da unidade familiar compartilham do mesmo status, bem como dos recursos (SCALON, 2007).

Assim, os respondentes foram questionados em que decil da distribuição de renda nacional que eles acreditam estar inseridos. Em estatística descritiva, decil corresponde a qualquer um dos nove valores que dividem os dados ordenados em dez categorias, a fim de que cada parte corresponda a 1/10 da amostra. Assim, o 1º decil corresponde aos 10% dos dados mais baixos, isto é, aqueles que se consideram entre os 10% mais pobres. Já o último decil corresponde aos 10% dos dados mais altos, que são classificados como aqueles que se consideram os 10% mais ricos. Segundo Scalon (2007), tal classificação pode ser realizada porque o último decil de renda da população está em posição privilegiada em relação aos demais decis. Como o ponto central desse trabalho é analisar a percepção construída através das relações sociais é o sentido relacional que, de fato, nos interessa. A média da variável é de 4,54 e o desvio padrão é de 2,16, como segue no gráfico 3.

⁶ A mesma variável é utilizada por Gimpelson e Treisman (2015) para o mesmo propósito.

Gráfico 3 – Dotplot do nível de renda percebida na América Latina



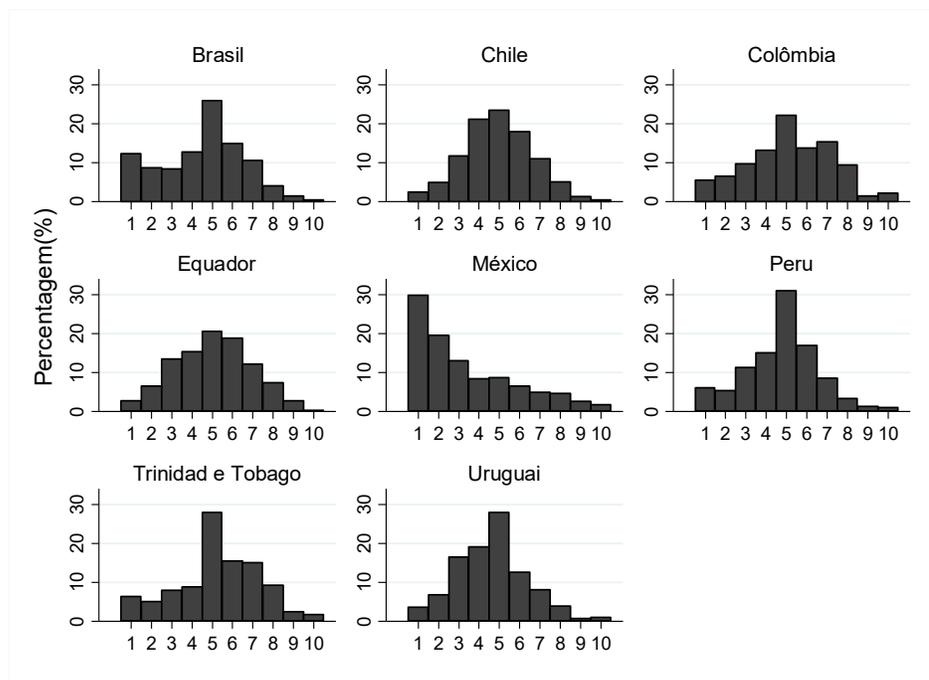
Legenda: 1 = 1º decil (10% mais pobres) 2 = 2º decil 3 = 3º decil 4 = 4º decil 5 = 5º decil 6 = 6º decil 7 = 7º decil 8 = 8º decil 9 = 9º decil 10 = 10º decil (10% mais ricos)

Fonte: Elaboração própria

Na América Latina, a escala de renda percebida possui uma concentração no 3º decil a 7º decil (atinge seu pico em 21,4% no 5º decil), tendo uma distribuição semelhante a uma distribuição normal. A porcentagem dos respondentes que afirmam que sua renda familiar se enquadra no 1º decil, isto é, consideram-se 10% mais pobres, é de 11,31%. Entre aqueles que se consideram os 10% mais ricos a porcentagem é de 1,17% e 1,8% no 9º decil.

Essa concentração no centro da distribuição se mantém quando a variável é disposta por país, como podemos ver nos histogramas abaixo:

Gráfico 4 – Histograma do nível de renda percebida por país



Legenda: 1 = 1º decil (10% mais pobres) 2 = 2º decil 3 = 3º decil 4 = 4º decil 5 = 5º decil 6 = 6º decil 7 = 7º decil 8 = 8º decil 9 = 9º decil 10 = 10º decil (10% mais ricos)

Fonte: Elaboração própria

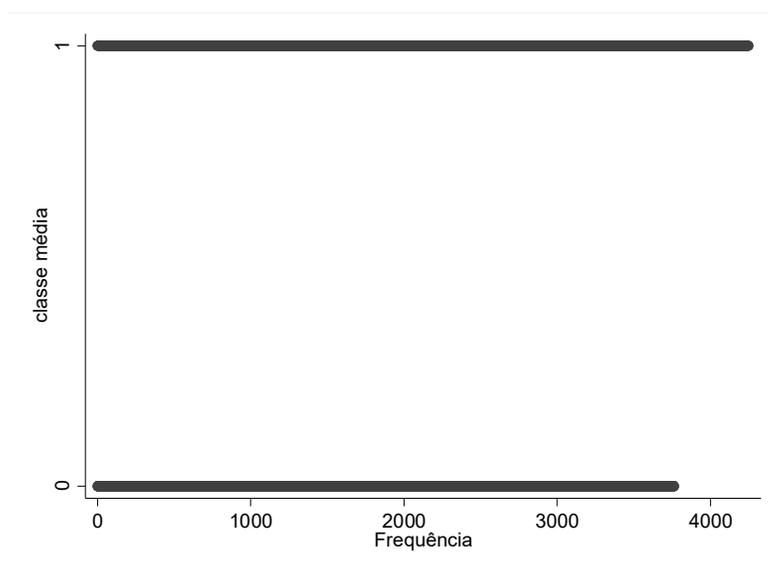
Percebe-se uma concentração de respondentes no 5º decil em todos os países da região. A porcentagem mais alta nessa categoria pertence ao Peru, cerca de 30% dos respondentes desse país se enquadram nesse decil.

A exceção encontra-se no México. Esse país possui uma distribuição positivamente inclinada. Nota-se que a porcentagem acumulada nos três primeiros decis de renda é de 62,5% para os mexicanos, sendo aqueles que se consideram os 10% mais pobres é em torno de 30%. Em contrapartida, aqueles que se consideram entre os 10% mais ricos na distribuição de renda é em torno de 1,7%, apenas 31 indivíduos. O número mais baixo de respondentes nessa decil é no Equador com apenas 3 indivíduos, cerca de 0,2% dos respondentes equatorianos.

No que tange a classificação quanto a classe média (Gráficos 5 e 6), a sua distribuição não corresponde em alguns países a distribuição do nível de renda percebida, visto nos gráficos anteriores. Utilizei a seguinte pergunta do WVS: “As pessoas, às vezes, se descrevem como pertencentes à classe trabalhadora, a classe média, ou a classe alta ou baixa. Poderia descrever-se como pertencente à: 1= classe alta 2= classe média alta 3= classe média baixa 4= classe trabalhadora 5= classe baixa”. Todavia, meu interesse não era saber em que classe social os respondentes na América Latina acreditam estar inseridos. Mas sim saber em que proporção os

latino americanos se consideram da classe média ou não. Desse modo, criei uma variável *dummy* para classe média, onde essa corresponde aqueles que afirmaram ser classe média alta e classe média baixa, codificadas como 1, e as demais categorias⁷ codificadas como 0. Adotei essa operacionalização a fim de melhor averiguar quanto essa parcela da população que se considera classe média é favorável à redistribuição.

Gráfico 5 – Dotplot da classificação da classe média na América Latina



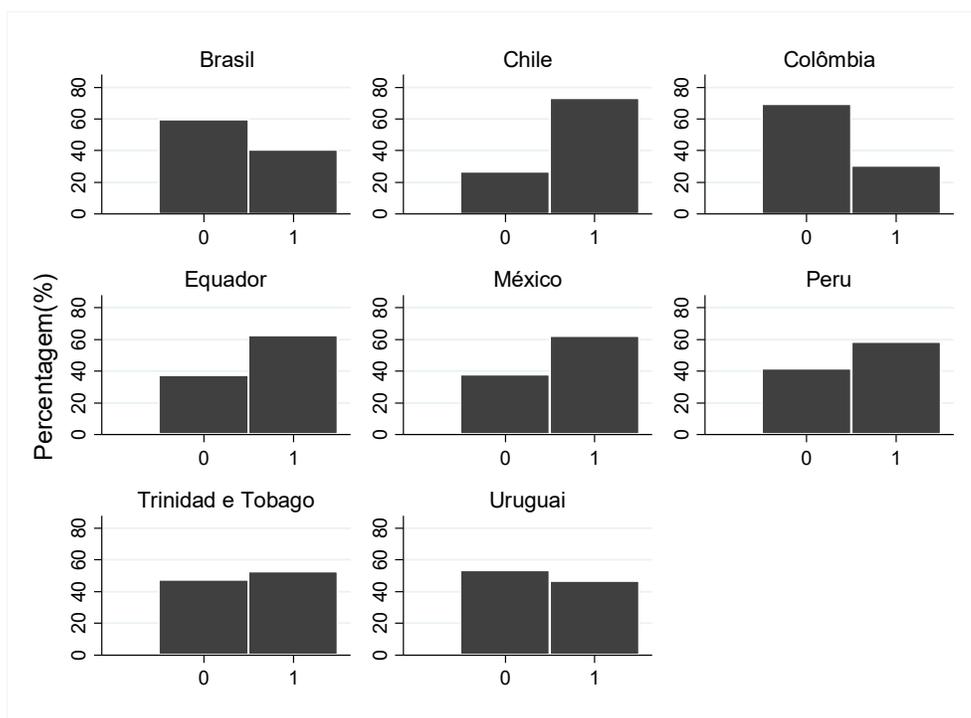
Legenda: 0= demais classes de renda 1= classe média

Fonte: Elaboração própria

Como podemos ver no Gráfico 5, 53% dos respondentes da América Latina dizem pertencer a classe média. Poderia interpretar que esse resultado corrobora com os resultados dos gráficos 3 e 4, em que mostrou um padrão entre os países de concentração nos decis 4 a 6, ou seja no centro da distribuição do nível de renda percebida. Contudo, quando a variável classe média é exposta por país a distribuição se altera em alguns países, como se segue no gráfico 6:

⁷ Tomei a decisão arbitrária de não incluir a categoria classe trabalhadora na classe média, visto o conceito de classe média que expus no referencial teórico. Como o conceito é definido pela segurança econômica interpretei a classe trabalhadora mais instável e propensa a tornar-se uma classe baixa.

Gráfico 6 – Histograma da classificação da classe média por país



Legenda: 0= demais classes de renda 1= classe média
 Fonte: Elaboração própria

A princípio, são notórios três países: Brasil, Uruguai, Colômbia e México. Os três primeiros possuem mais respondentes afirmando não ser da classe média que pertencentes a essa classe. No Brasil essa porcentagem de não pertencentes é de 59% e esse alto valor é devido a concentração nas categorias classe baixa e classe trabalhadora. Já no Uruguai aqueles que afirmam não ser da classe média são em torno de 53%, dos quais 49% responderam pertencer a classe trabalhadora. Na Colômbia, 30,5% apenas afirmam pertencer a classe média. Os demais 69,5% não pertencentes, em torno de 43% afirmam ser da classe trabalhadora.

A distribuição dos respondentes para classe média difere do gráfico 4 para o México. A variável nível de renda percebida é positivamente inclinada, onde os mexicanos afirmavam pertencer aos decis mais baixos do nível de renda percebida. Quando se analisa a variável classe média para o mesmo país, cerca de 62% se considera classe média. Os valores atingem esse patamar por cerca de 40% afirmam pertencer à classe média baixa.

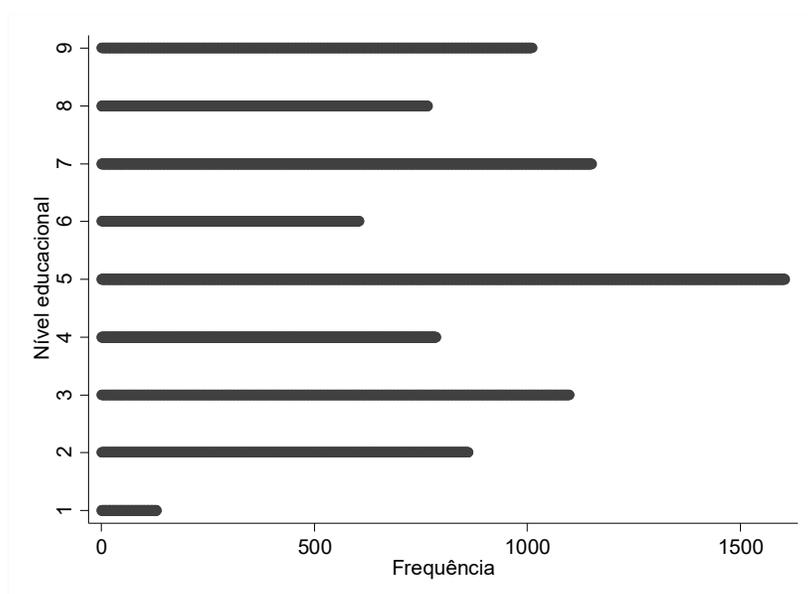
Apresento algumas considerações ao averiguar os gráficos sobre o nível de renda percebida e classe média. A análise apenas do nível de renda percebida poderia levar a inferência, de acordo com a disposição da escala da variável, que os indivíduos da América Latina possuem uma renda média. Contudo, quando se vê a que classe que acreditam pertencer,

pode ser constatado que os latinos americanos se classificam como em classes sociais mais instáveis (classe trabalhadora, classe baixa), com exceção do México.

Outra variável importante para essa análise é *nível educacional* (Gráficos 7 e 8) por dois motivos: nível de informação e as externalidades da educação. O primeiro condiz com o que a literatura afirma que o nível de informação contribui para que os indivíduos prefiram um estado menos extrativo e com gastos públicos reduzidos. O segundo ponto é que a educação pode suscitar preferências redistributivas entre aqueles com mais renda ou um maior nível educacional, visto que a redistribuição pode contribuir para um aumento do nível médio da educação.

Desse modo, elegi a pergunta do *WVS*, que questiona qual o maior nível educacional alcançado pelo entrevistado. As categorias dessa variável contemplam a estrutura de ensino de diversos países que possuem um ensino estruturado em uma carreira de ensino técnico ou ensino universitário. A fim de não retirar conclusões precipitadas, considero que a estrutura de ensino varia entre os países e procuro concentrar a análise entre os extremos da variável.

Gráfico 7 – Dotplot do nível educacional na América Latina

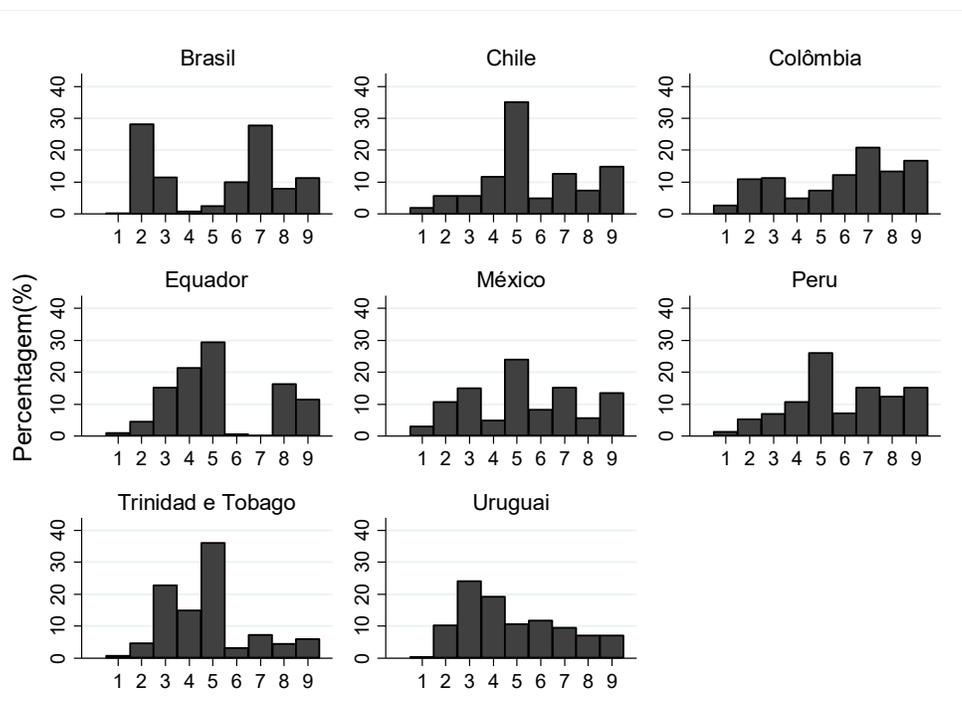


Legenda: (1) *Nenhuma formação escolar* (2) *Primário incompleto* (3) *Primário completo* (4) *Secundário incompleto: técnico* (5) *Secundário completo: técnico/ tipo vocacional* (6) *Secundário incompleto: tipo preparatório universitário* (7) *Secundário completo: tipo preparatório universitário* (8) *Superior incompleto* (9) *Superior completo*

Fonte: Elaboração própria

Entre os latino americanos, há uma concentração entre aqueles que afirmaram ter nível secundário completo: tipo técnico. Cerca de 1600 respondentes (20%) afirmaram ter concluído esse nível educacional. Em destaque, cerca de 12% dos respondentes afirmaram ter ensino universitário completo. Essa categoria é expressiva perante as demais.

Gráfico 8 – Histograma do nível educacional por país



Legenda: (1) *Nenhuma formação escolar* (2) *Primário incompleto* (3) *Primário completo* (4) *Secundário incompleto: técnico* (5) *Secundário completo: técnico/ tipo vocacional* (6) *Secundário incompleto: tipo preparatório universitário* (7) *Secundário completo: tipo preparatório universitário* (8) *Superior incompleto* (9) *Superior completo*

Fonte: Elaboração própria

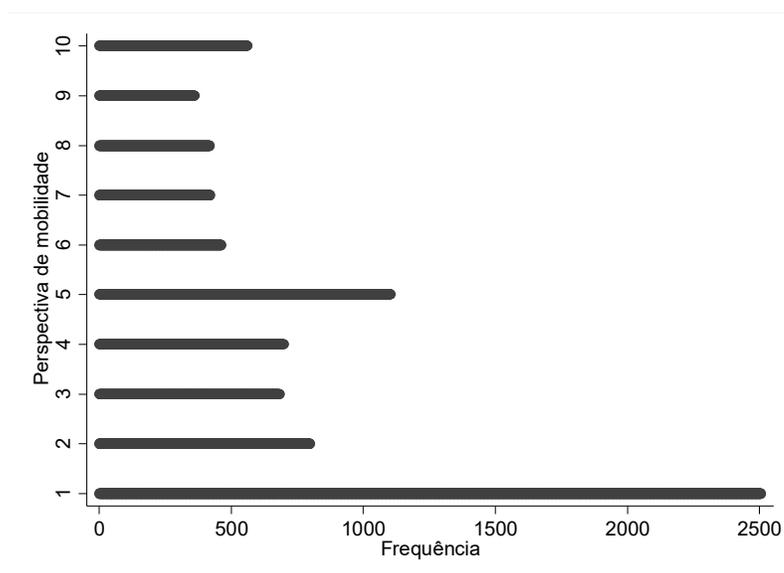
Ao analisar o comportamento dessa variável entre os países, o gráfico mostra que cerca de 28% dos brasileiros afirmaram ter seu mais alto nível educacional no primário incompleto. Contudo, apenas três respondentes afirmaram não ter nenhuma formação escolar. Apesar de ser uma quantidade ínfima, o número de pessoas que não conseguiram terminar o ensino primário é expressivo (28%). Ainda no Brasil é expressivo o número de indivíduos que concluíram o secundário (tipo universitário), cerca de 27,5%. Esse nível educacional não é tão expressivo nos demais países. O ensino superior completo é preponderante na Colômbia e no Chile, 16,6%

e 14,8%, respectivamente. O Chile e Trinidad e Tobago apresentam a maior porcentagem entre os países de ensino secundário completo: tipo educacional, cerca de 35%.

Apesar do *WVS* não apresentar uma pergunta específica para mobilidade social, adotou-se a variável *perspectiva de mobilidade*, a qual advém da pergunta do *survey* que indaga aos respondentes se o “trabalho leva a uma vida melhor” (1) ou se é uma “questão de sorte e conexões” (10). Logo, aqueles que concordam com a categoria 1 acreditam que seu próprio esforço conduzirá a uma qualidade de vida melhor e provavelmente avessos à redistribuição. Já aqueles que concordam com a categoria 10 consideram que só terão uma perspectiva de vida melhor se for algo do acaso ou por conexões. Esses indivíduos são aqueles que poderiam apresentar apoio a redistribuição, pois só a atuação do governo ou variáveis contingenciais (sorte e conexões) que contribuem para mudança do seu próprio *status quo*. A distribuição da referida variável encontra-se nos Gráficos 9 e 10 abaixo.

Tal variável também é em escala e os latino americanos tendem a afirmar que a longo prazo, “trabalho leva a uma vida melhor” (31,2%). A porcentagem dos respondentes que concordam com a categoria que a perspectiva de vida melhor só será “por acaso ou por conexões” é de apenas 7%. Esse perfil apresenta um latino americano otimista com sua perspectiva de mobilidade. Poderia concluir que esse perfil otimista difere dos resultados que Gaviria (2007) apresenta. Todavia, a base de dados utilizado pelo referido autor permite utilizar variáveis que testem a hipótese POUM na região.

Gráfico 9 – Dotplot da perspectiva de mobilidade na América Latina

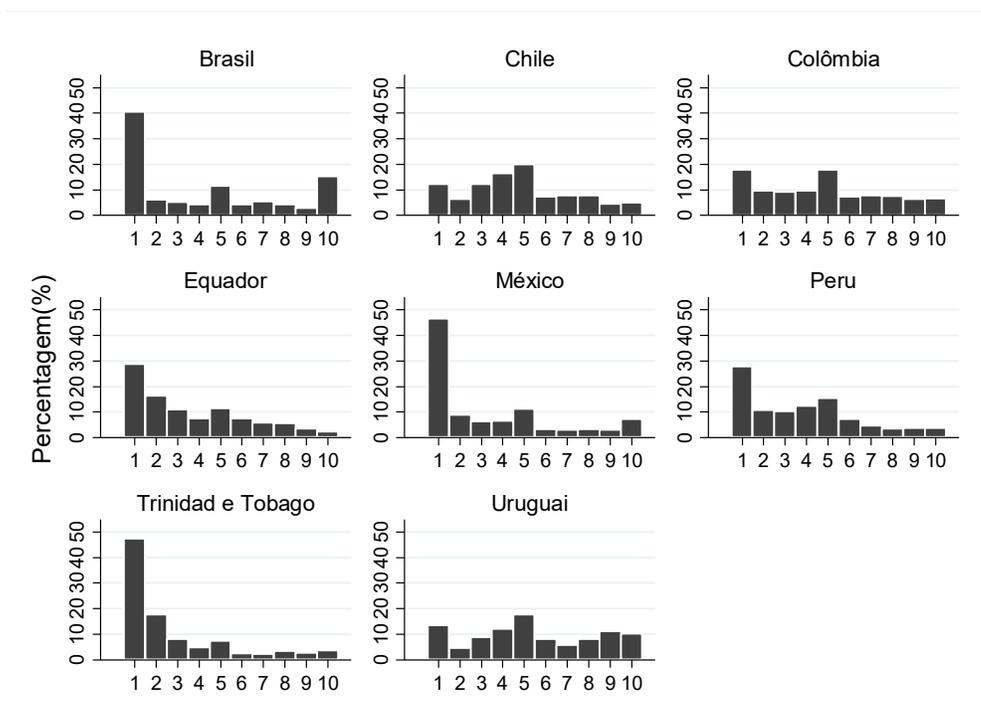


Legenda: 1= a longo prazo, trabalho leva a uma vida melhor e 10= trabalho duro não leva ao sucesso – é mais uma questão de sorte e conexões

Fonte: Elaborado pela autora

Esse padrão ainda é seguido pela Argentina, Chile, Equador e Peru, como segue no Gráfico 10:

Gráfico 10 – Histograma da perspectiva de mobilidade por país



Legenda: 1= a longo prazo, trabalho leva a uma vida melhor e 10= trabalho duro não leva ao sucesso – é mais uma questão de sorte e conexões

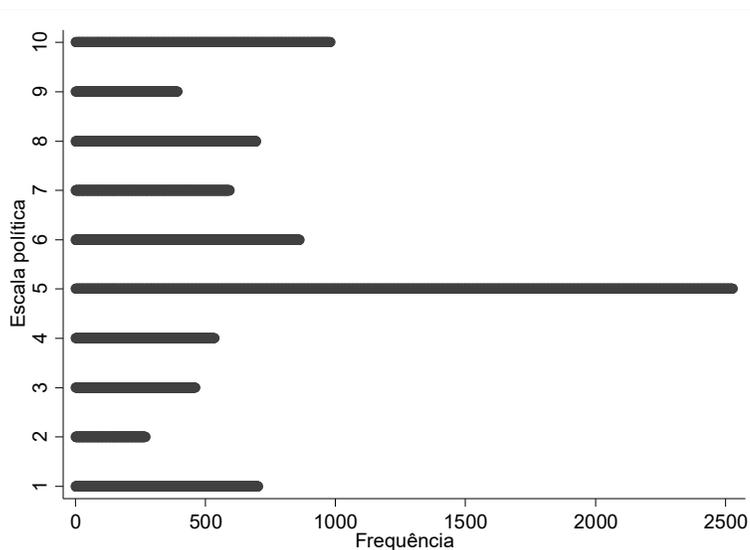
Fonte: Elaborado pela autora

Apresenta um viés de concentração maior Trinidad e Tobago, México e Brasil na categoria 1. No Brasil cerca de 40% concordam com a categoria de que “trabalho leva a uma vida melhor”; no México, essa porcentagem é de 46,6% e em Trinidad e Tobago é de 47%.

No que diz respeito a variável *escala política*, foi utilizada a pergunta do *survey* que indaga aos entrevistados: “Sobre questões políticas, as pessoas falam em “esquerda” e “direita”. Como você situa seu ponto de vista, de uma maneira geral?”. Destaco que a questão de ter um apoio ao governo redistribuir dos ricos para os pobres é a linha divisória entre a esquerda e a direita política (ALESINA, 2009). Por isso, observar como se comporta a variável *escala*

política, também pode ajudar a entender as preferências redistributivas, como consta nos gráficos 11 e 12:

Gráfico 11 – Dotplot Escala política na América Latina

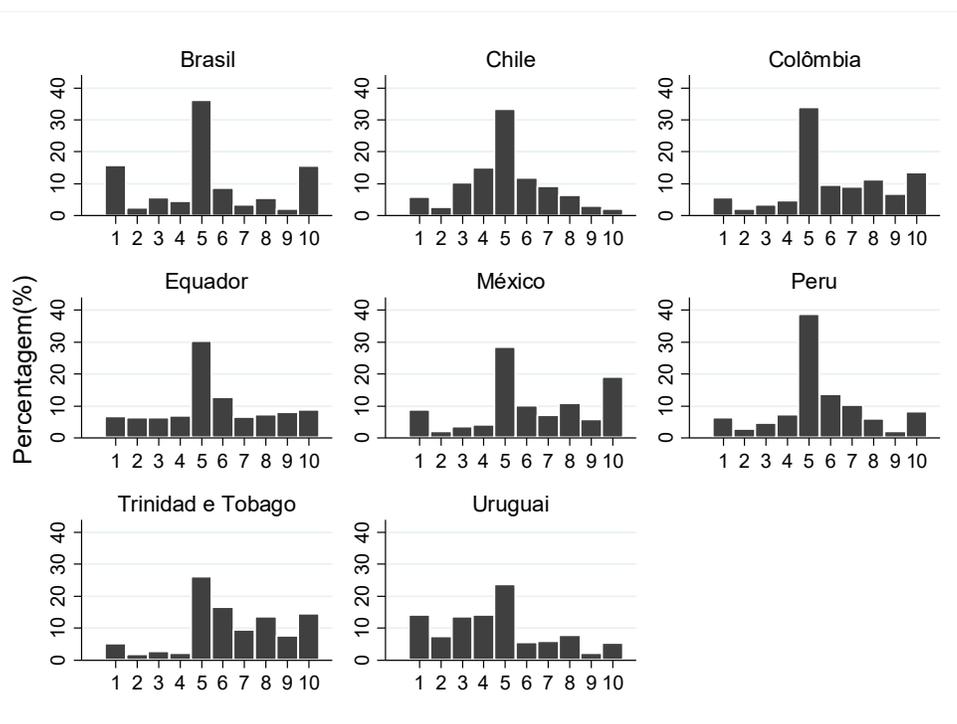


Legenda: 1 = *Esquerda* 10 = *direita*

Fonte: Elaboração própria

Os respondentes da América Latina obedecem a um padrão de considerar-se na categoria central do espectro esquerda-direita. Também apresenta cerca de 978 respondentes (12,2%) afirmando ser de “direita” frente a 700 respondentes (8,7%) afirmando ser de “esquerda”.

Gráfico 12 – Histograma Escala política por país



Legenda: 1 = *Esquerda* 10 = *direita*

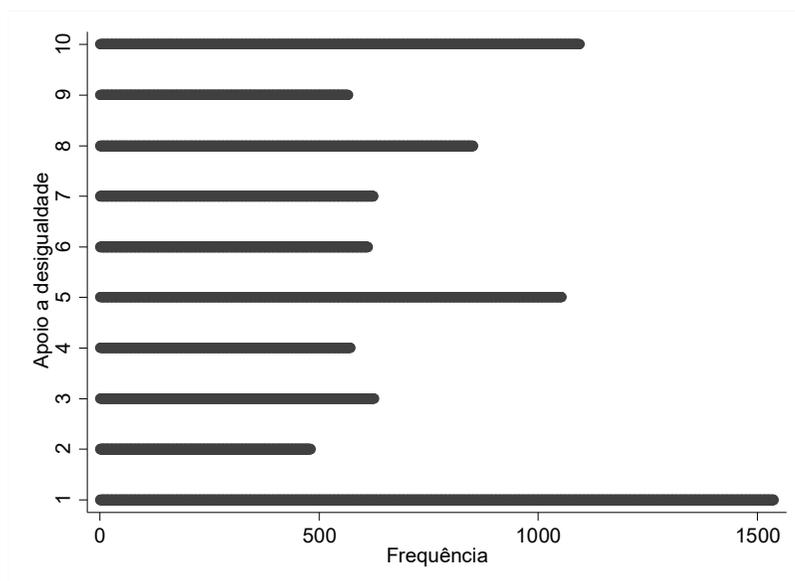
Fonte: Elaboração própria

Esse padrão de respondentes afirmando ser de centro se mantém em todos países da região. No Brasil, a porcentagem é praticamente a mesma entre as categorias esquerda e “direita”: 15,8% consideram-se de esquerda e 15,3% consideram-se de “direita”. Já no Uruguai os respondentes declarando-se mais à esquerda que os demais países da região (exceto Brasil), 14%. Em Trinidad e Tobago, 14,5% consideram-se à “direita” e no México essa concentração é de 19% entre aqueles que afirmam estar na extrema “direita”.

Não obstante toda a análise descritiva das variáveis até aqui expostas, é considerável analisar como os latino americanos apoiam à desigualdade, como segue nos gráficos 13 e 14. Talvez os indivíduos não saibam o nível de desigualdade ao qual estão inseridos, mas se pudessem detectar a tendência da desigualdade em seu país? Eles apoiariam uma maior desigualdade ou uma distribuição de renda mais igualitária. Para tanto, utilizo a variável *apoio à desigualdade*, a qual foi mensurada a partir da seguinte pergunta do WVS: “Qual seu ponto de vista sobre essa escala? 1 significa que você concorda inteiramente com a declaração sobre a esquerda; 10 significa que você concorda inteiramente com a declaração sobre a direita; e se os seus pontos de vista caem em algum lugar no meio, você pode escolher qualquer número

entre. ‘A renda deve ser mais igual’ vs. ‘Precisamos de maiores diferenças de renda, como incentivo para o esforço individual’.”

Gráfico 13 – Dotplot Apoio à desigualdade na América Latina

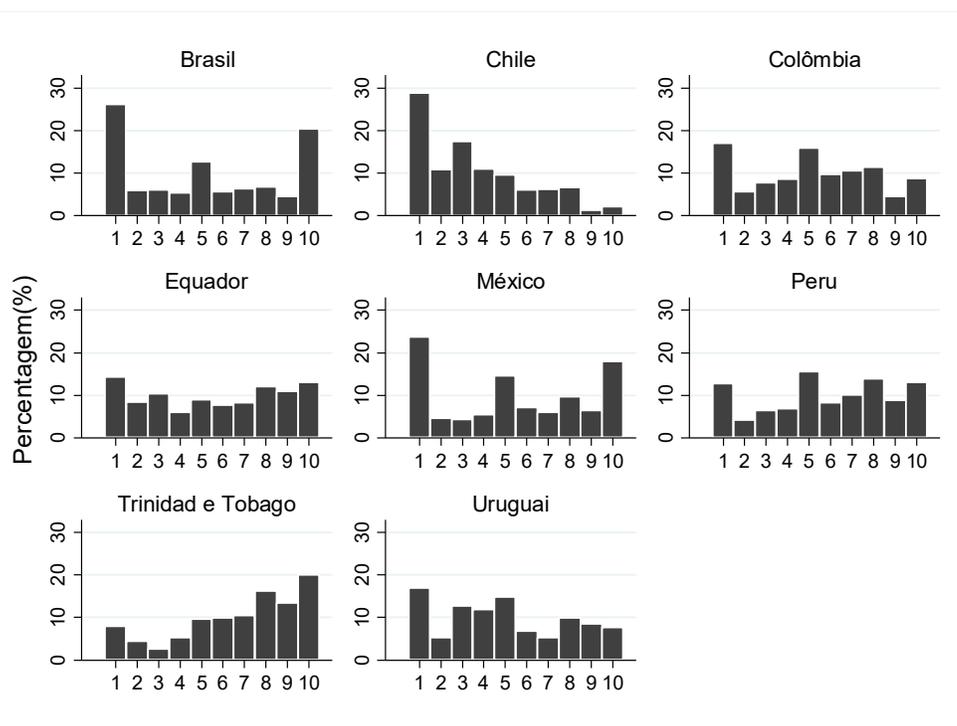


Legenda: 1=A renda deve ser mais igual e 10= Precisamos de maiores diferenças de renda, como incentivo para o esforço individual

Fonte: Elaborado pela autora

Cerca de 1535 respondentes (19%) afirmam que a “renda deve ser mais igual”. Em contrapartida 1094 respondentes (13%) afirmam que deveria haver “mais desigualdade de renda”. Outro valor expressivo está entre aqueles que elegeram a categoria 5, a qual podemos interpretar como um apoio ao status quo, possui valor semelhante a aqueles que afirmam que deve haver maiores diferenças de renda, 13%.

Gráfico 14 – Histograma Apoio à desigualdade por país



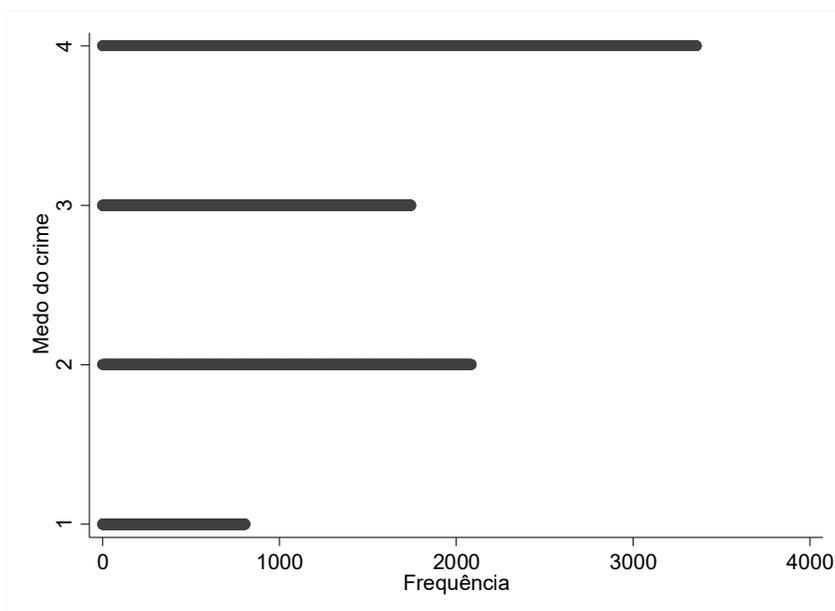
Legenda: 1=A renda deve ser mais igual e 10= Precisamos de maiores diferenças de renda, como incentivo para o esforço individual

Fonte: Elaborado pela autora

Quando se visualiza a variação por país, o Brasil e México apresentam uma dispersão dos dados semelhante a América Latina. No Brasil, 26% afirmam que deve haver mais igualdade de renda e no México essa porcentagem é de 23%. Aqueles que afirmam que a sociedade deve ser mais desigual é em torno de 20% para o Brasil e 17,9% para o México. O Chile possui uma distribuição positivamente inclinada, com uma porcentagem cumulativa de 77% entre aqueles que afirmam que deve haver mais igualdade de renda ou que apresentam apoio ao status quo distribuição de renda. Trinidad e Tobago possui uma configuração oposta, a concentração dos respondentes encontra-se entre as categorias próximas ao extremo que deve haver mais diferença de renda, em torno de 60%.

A opinião generalizada é de que mais desigualdade leva a mais crime (ALESINA; GIULIANO, 2009). Assim, para operacionalizar essa externalidade da estrutura de desigualdade, utilizei a pergunta: “Nos últimos 12 meses, quantas vezes você ou sua família se sentiu inseguro em sua própria casa?”. As categorias dessa variável apresentam a frequência que se tem de medo de algum tipo de crime na residência dos respondentes, como segue nos gráficos 15 e 16:

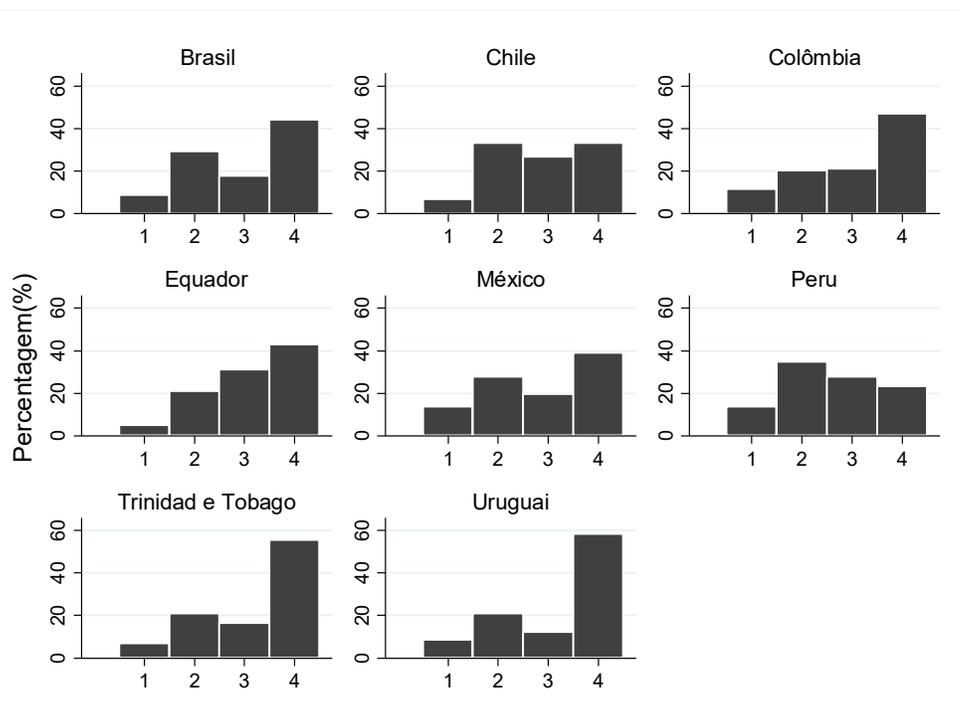
Gráfico 15 – Dotplot Medo do crime na América Latina



Legenda: 1=*Frequentemente*; 2=*Algumas vezes*; 3=*Raramente*; 4=*Nunca*

Fonte: Elaborado pela autora

Para América Latina, 26% dos respondentes confirmaram que ocasionalmente se sentiram inseguros devido ao crime. A porcentagem que afirmam que se sentiu inseguro frequentemente foi de 10%. E aqueles que afirmam que não se sentiram de nenhuma maneira inseguro nos últimos 12 meses é de 42%.

Gráfico 16 – Histograma *Medo do crime* por país

Legenda: 1=*Frequentemente*; 2=*Algumas vezes*; 3=*Raramente*; 4=*Nunca*

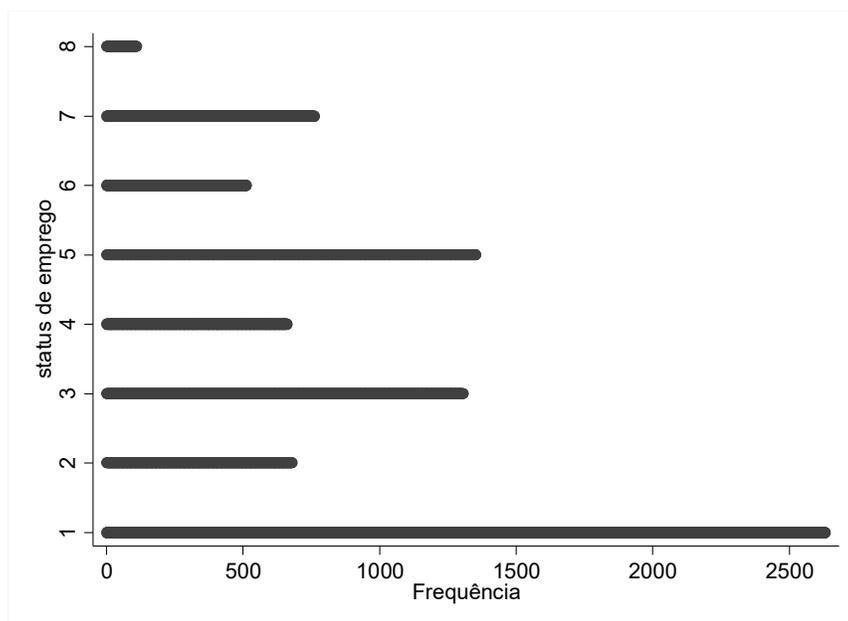
Fonte: Elaborado pela autora

Esse padrão de maior porcentagem na categoria que indica nunca ter sentido *medo do crime* em sua própria casa permanece entre os países na América Latina, exceto no Peru e no Chile. Naquele país a porcentagem de indivíduos que afirmam terem se sentido inseguros ocasionalmente em sua própria residência nos últimos 12 meses é 34,8%. Já no Chile a mesma porcentagem de 33,22% está para categoria ocasionalmente sentiu inseguro, como para categoria nunca sentiu inseguro. Faz-se necessário frisar que a referida variável não mensura o grau de violência nos países, mas questiona o quanto o indivíduo se sente seguro em sua própria casa. Isto é, se sentiu inseguro no local onde vive. A percepção de insegurança visa apenas seguir o argumento que Rueda e Stegmüller (2015) aponta: *medo do crime* como uma externalidade negativa mais visível da desigualdade.

3.2.1 Características Individuais

Características individuais podem também determinar as preferências redistributivas (ALESINA; GIULIANO, 2009). Entre as variáveis socioeconômicas do WVS, adotei para análise: status de emprego, gênero, estado civil e idade, como segue nos gráficos 17 e 18 abaixo:

Gráfico 17 – Dotplot Status de emprego na América Latina

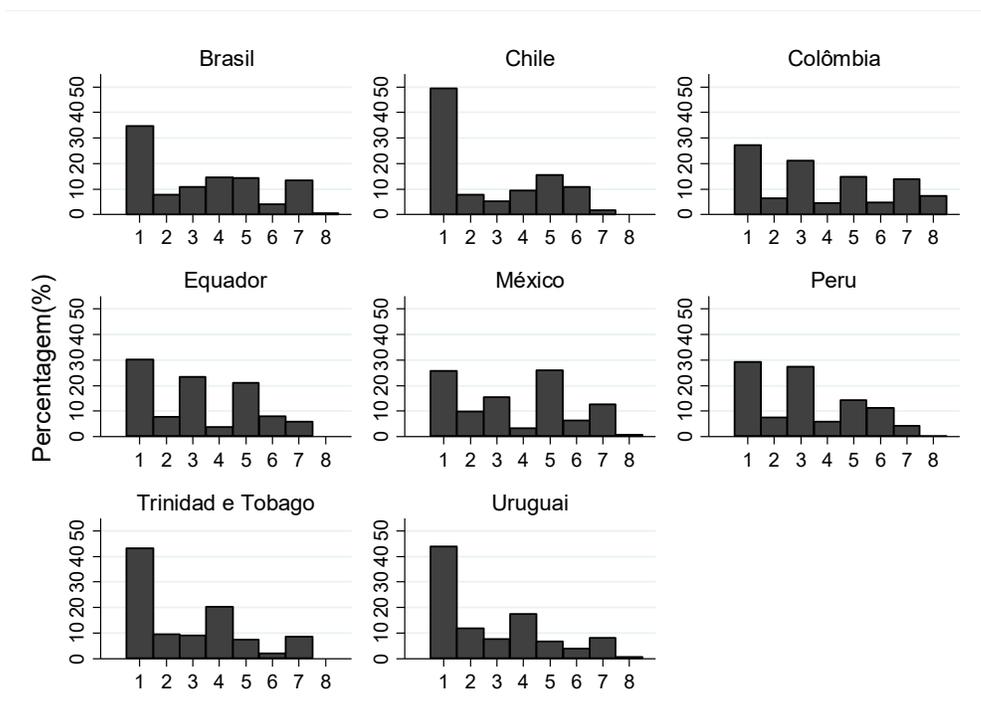


Legenda: 1= *integral*; 2= *seis horas*; 3=*autônomo*; 4= *aposentado*; 5= *dona de casa*; 6= *estudante*; 7= *desempregado*; 8= *outro*

Fonte: Elaborado pela autora

32% dos indivíduos na América Latina são empregados por tempo integral. Também é expressivo o número de donas de casa e autônomos, 16%. O número de desempregados é de 9%, enquanto de aposentados é 8%. Essa mesma tendência prevalece entre os países da amostra.

Gráfico 18 – Histograma Status de emprego por país

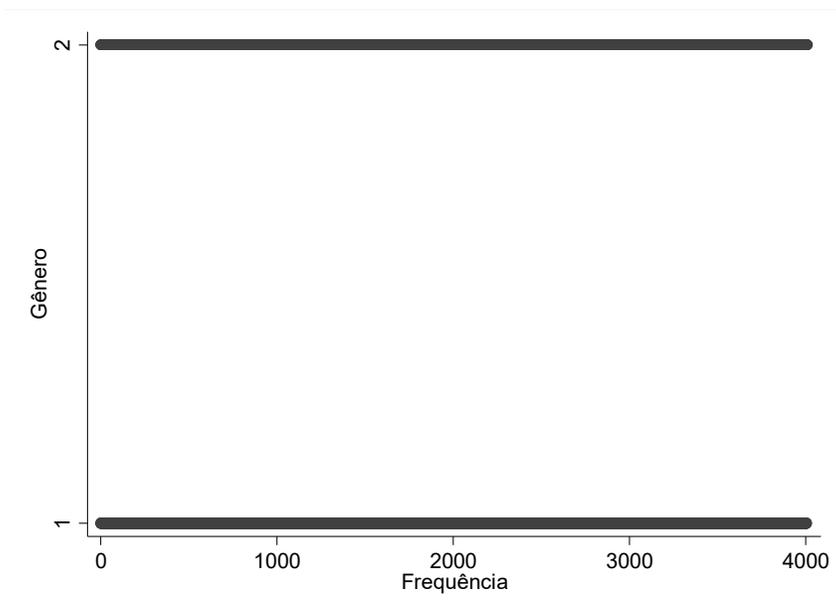


Legenda: 1= *integral*; 2= *seis horas*; 3=*autônomo*; 4= *aposentado*; 5= *dona de casa*; 6= *estudante*; 7= *desempregado*; 8= *outro*

Fonte: Elaborado pela autora

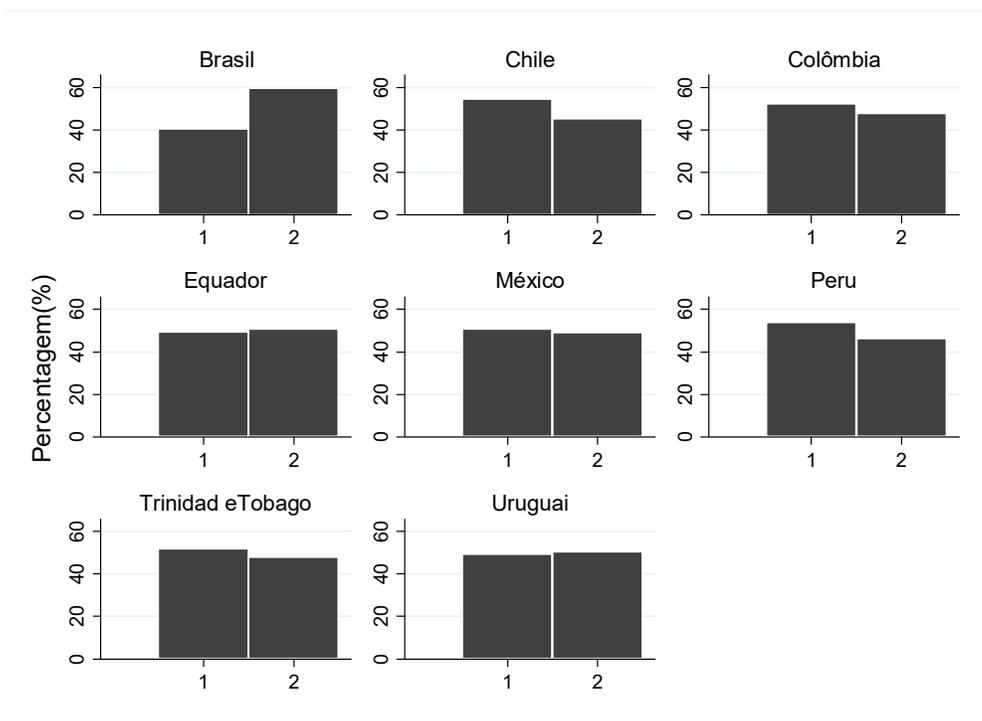
Em se tratando de gênero o número de homens e mulheres é praticamente o mesmo na amostra do survey: 49,98% de mulheres e 50,02% de homens, como segue nos gráficos 19 e 20:

Gráfico 19 – Dotplot Classificação por gênero na América Latina



Legenda: 1=*masculino*; 2=*feminino*
 Fonte: Elaborado pela autora

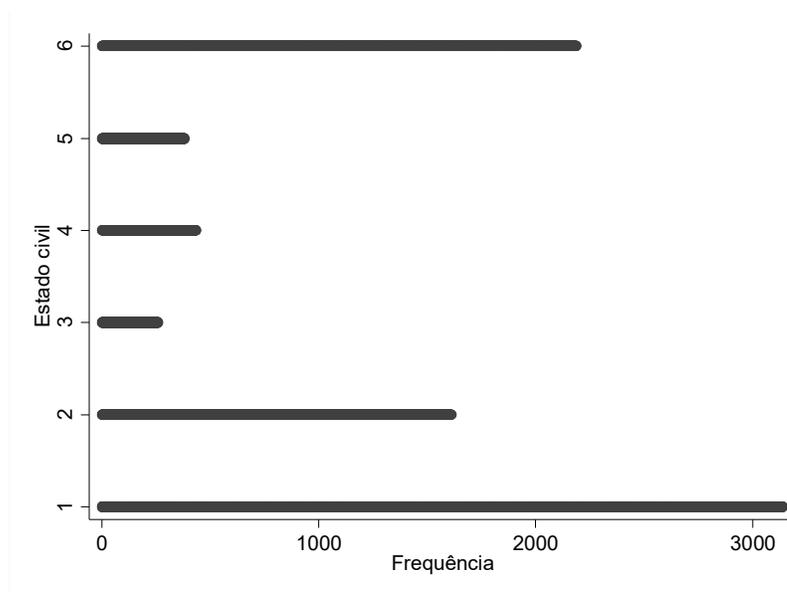
Gráfico 20 – Histograma Classificação de gênero por país



Legenda: 1=*masculino*; 2=*feminino*
 Fonte: Elaborado pela autora

Quando se analisa por país Brasil possui um número maior de mulheres que de homens. A diferença é de 19%. Já o Chile o número de homens é superior ao de mulheres em 9%. Os demais países seguem a tendência de distribuição da América Latina.

Gráfico 21 – Dotplot Estado civil na América Latina

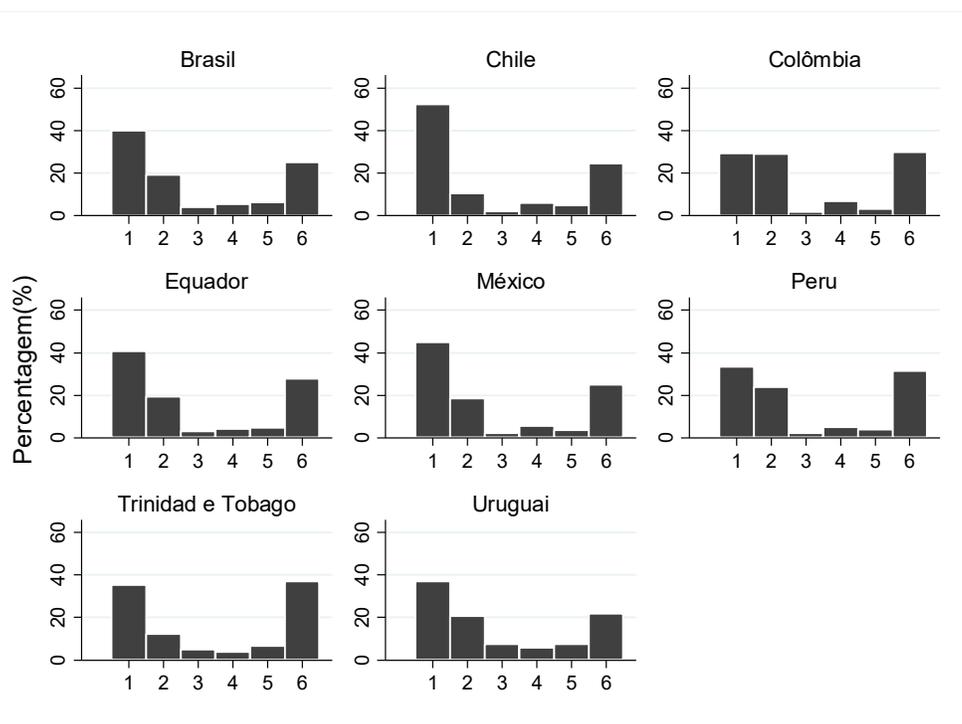


Legenda: 1= *casado*; 2=*divorciado*; 3=*viúvo*;4=*solteiro*

Fonte: Elaborado pela autora

No que tange ao estado civil dos respondentes, cerca de 59% vivem como casados ou são casados oficialmente e 27% afirmam estar solteiros

Gráfico 22 – Histograma Estado civil por país

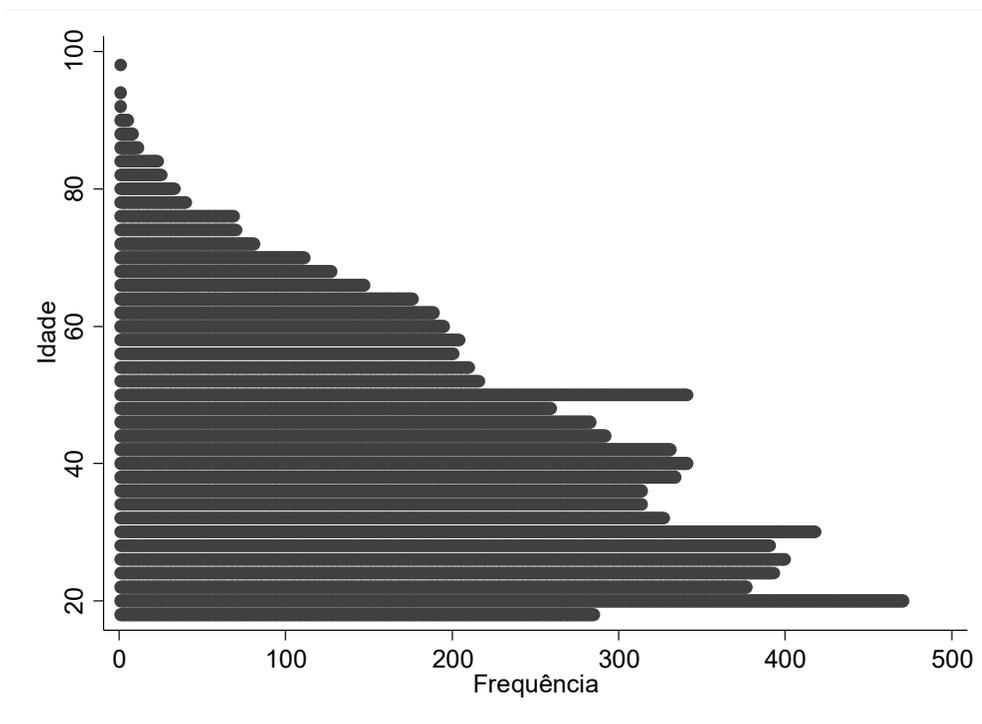


Legenda: 1= *casado*; 2=*divorciado*; 3=*viúvo*; 4=*solteiro*

Fonte: Elaborado pela autora

Essa tendência entre maior número de casados e que solteiros permanece entre os países, exceto em Trinidad e Tobago. Tal país apresenta mais solteiros que casados oficialmente, a diferença é de 2%.

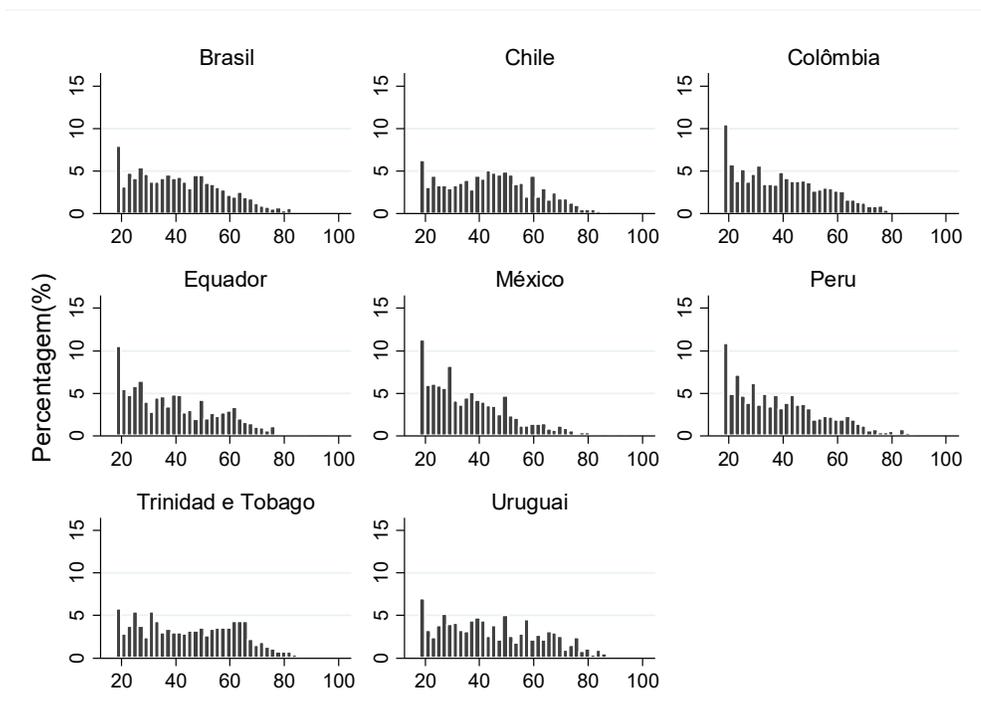
Gráfico 23 – Dotplot idade na América Latina



Fonte: Elaborado pela autora

Quando se analisa a idade, pode ser visto uma concentração dos respondentes entre aqueles que tem menos de 50 anos. A concentração ainda é expressiva entre aqueles que afirmam ter entre 20 e 40 anos. Esse perfil permanece entre os países, como se vê no gráfico abaixo:

Gráfico 24 – Histograma idade por país



Legenda: Idade: 19 a 97 anos

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 Definição do Modelo Estatístico

Como foi visto no Quadro 3, a variável *preferências redistributivas*, inicialmente proposta é categórica em formato de escala ordinal⁸. Todavia, esse tipo de variável ordinal apresenta problemas metodológicos, devido a possibilidade de os respondentes interpretarem o significado da escala de maneira divergente. Também pode ocorrer de os respondentes não responderem todas as perguntas do *survey*, o que contribui para um número elevado de *missing data*.

Segundo Menard (2001), quando a variável dependente é categórica em formato de escala, três abordagens possuem forte respaldo na literatura para análise deste tipo de dado: regressão mínimos quadrados ordinários, regressão logística multinomial e a regressão logística ordenada.

⁸ Esse tipo de variável é comum entre os dados coletados por cientistas sociais, principalmente em *surveys* de opinião pública, permitindo a emissão de dados em escala (ARMSTRONG II et al, 2014).

A regressão de mínimos quadrados ordinários ou regressão linear seria utilizada se a variável dependente fosse considerada como contínua. Apesar de tal técnica apresentar facilidade na interpretação, uma regressão linear define que a distância entre as categorias da variável dependente é conhecida e simétrica. Esse tipo de pressuposto negligencia a possibilidade de os respondentes interpretarem o significado da escala de maneira divergente. Isto é, pode ser mais difícil para o indivíduo eleger entre a categoria 9 e 10 do que a 8 e a 9 em uma escala. A distância entre categoria 9 e a categoria 10 pode ser vista como maior, visto que a categoria 10 corresponde a um extremo da escala.

Caso fosse ignorada a característica ordinal da variável, poderia defini-la como nominal e utilizar uma regressão logística multinomial. Omitir tal característica da variável pode induzir a estimar muito mais parâmetros do que o necessário para responder a hipótese que propus e, portanto, apresentar resultados insignificantes para análise. Assim, uma regressão logística multinomial não contempla a relação que proponho em minha hipótese: apresento nessa uma ideia de relação regressiva entre minha variável dependente e independente. A regressão logística multinomial apresentaria a interação entre cada categoria da variável dependente, não permitindo analisar como se comporta a relação entre as escalas das variáveis.

Por fim, as categorias da variável dependente podem ser classificadas como ordinal e utilizar uma regressão logística ordenada. Nesse caso a distância entre as categorias são desconhecidas. Segundo Long (2006), para variáveis ordinais é aconselhável usar modelos que evitem o pressuposto que a distância entre as categorias são iguais. A regressão logística ordenada é um modelo não-linear e se baseia no pressuposto de uma variável dependente latente, a qual não é diretamente observada, apenas através de um conjunto de categorias. Assim uma variável latente é aquela que não pode ser observada diretamente, mas que para ser mensurada é preciso dividi-la em intervalos. Podem corresponder a conceitos abstratos, como categorias. O mesmo princípio segue a variável dependente desse trabalho, as preferências não são observadas diretamente, mas sua mensuração é realizada em intervalos que variam de 1 a 10.

Destarte, a partir das três abordagens estatísticas aqui explanadas, utilizei a regressão logística ordenada para essa análise. Tal escolha se deu a fim de se respeitar as distâncias arbitrárias entre as categorias das variáveis, a sua característica ordinal e por ser um tradicionalmente a técnica estatística utilizada para esse tipo de variável. Esse modelo de regressão será utilizado para verificar a probabilidade das variáveis já citadas acima (variável independente e variáveis de controle) de influenciar uma maior ou menor proporção nas preferências redistributivas na América Latina.

3.4 Resultados Estatísticos

Com base na seção anterior, os dados coletados resultaram em uma regressão logística ordenada⁹ para os três modelos criados, em virtude da variável dependente ser ordinal. O intuito de testar vários modelos é o de identificar qual tem robustez estatística. Em outras palavras, verificar se os sinais e a significância dos coeficientes dos parâmetros inseridos a cada modelo permanecem estáveis.

Antes de apresentar a análise dos resultados é importante lembrar algumas ressalvas. A hipótese que propus apresenta uma relação negativa entre a variável dependente e a variável independente. Isto é, quanto maior o nível de renda percebida, menor as preferências redistributivas. Contudo, estatisticamente a disposição da variável dependente preferências redistributivas apresentará um sinal positivo entre ela e variável independente.

Esse resultado não vai de encontro ao referencial teórico, antes o confirma. O que acontece é que a relação teórica difere da relação estatística devido a como a variável dependente foi construída. Visto que essa é ordinal de escala, para apresentar o sinal negativo o ideal seria que a categoria “favorável a redistribuição” fosse classificada na categoria 10. Assim, a medida que se elevasse em cada categoria da variável independente diminuiria a probabilidade da variável dependente em uma categoria. Não obstante, a categoria “favorável a redistribuição” é representada pela categoria 1 e a categoria 10 “avesso a redistribuição”, o que corresponde à medida que aumenta o nível de renda percebida, aumenta a aversão a redistribuição.

Dito isso, início a análise com o teste de hipótese para América Latina (Tabela 1). A coluna um consta o modelo de regressão básico para a variável dependente preferências redistributivas e a variável independente, nível de renda percebida. Os resultados desse primeiro modelo já são de conhecimento prévio apontado pelo debate teórico, mas vale a pena rever alguns fatos básicos. Primeiramente de maneira simplificada, os resultados do modelo 1 apontam que quanto maior o nível de renda percebida, menor é a probabilidade de ser favorável a redistribuição. Tal resultado não é surpreendente.

⁹ No software estatístico utilizado, Stata, o comando referente à criação do tipo de modelo desejado é o `ologit` (Ordered logistic regression). Todos os comandos utilizados para regressão constam no Anexo I.

Tabela 1
Regressão Logística Ordenada das preferências redistributivas

	<i>Modelo 1</i>	<i>Modelo 2</i>	<i>Modelo 3</i>
Nível de renda percebida	1.08*** (.010)	1.04*** (.010)	1.04*** (.010)
Educação	-	1.04*** (.010)	1.03*** (.009)
Classe média	-	1.09** (.047)	1.09** (.046)
Medo do crime		1.03* (.020)	-
Perspectiva de mobilidade	-	1.08*** (.008)	1.08*** (.008)
Escala política	-	1.03*** (.008)	1.03*** (.008)
Apoio à desigualdade	-	1.14*** (.008)	1.14*** (.008)
<i>Características individuais</i>			
Status de emprego	-	1.00 (.009)	-
Idade	-	1.00 (.001)	-
Sexo	-	.946 (.038)	-
Estado civil	-	.989 (.009)	-
Brasil	-	.286*** (.028)	.283*** (.028)
Chile	-	.458*** (.048)	.459*** (.048)
Colômbia	-	.446*** (.043)	.444*** (.042)
Equador	-	.716*** (.067)	.711*** (.066)
México	-	.441*** (.041)	.434*** (.040)
Peru	-	.554*** (.054)	.544*** (.053)
Uruguai	-	.570*** (.059)	.574*** (.059)
N	8002	8002	8002
LR chi2(1)	75.91***		
LR chi2(18)		976.12***	
LR chi2(12)			966.83***
Pseudo R2	0.002	0.027	0.027
Log likelihood	-17545.092	-17094.991	-17099.632

[1]Erro padrão em parênteses

[2]*** p < 0.01, ** p < 0,05, * p < 0,1

Nota: Trinidad e Tobago foi omitido devido à colineariedade

Ainda assim é importante descrever os resultados desse modelo. Para fins de interpretação, permiti que os resultados fossem apresentados como *odds ratio* proporcionais,

ao invés de dispor de coeficientes. *Odds ratio*¹⁰ ou razões de chance são definidos como a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de ocorrer em outro grupo. A chance é mensurada pela probabilidade de ocorrência do evento dividida pela probabilidade de não ocorrência do mesmo evento, dado que as demais variáveis são mantidas constantes. Tal medição não apresenta sinais de relação positivo ou negativo. Assim, *Odds ratio* de 1 indica que a condição ou evento é provável de ocorrer nos dois grupos da mesma forma. Quando *odds ratio* é maior que 1 indica que a condição ou evento tem maior probabilidade de ocorrer no primeiro grupo estabelecendo uma relação positiva entre as variáveis. Já *odds ratio* menor que 1 indica que a probabilidade é menor no primeiro grupo do que no segundo.

Os coeficientes expostos na tabela de resultados acima não são diretamente interpretáveis. O *Log likelihood* é resultado de uma interação no log até que se chegue ao menor valor possível e pode ser utilizado para comparar os modelos. O *Prob > chi2* demonstra a significância do modelo. Os asteriscos ao lado dos coeficientes indicam a sua significância estatística.

No atual trabalho todos os modelos são estatisticamente significantes a nível de 0.01. O que varia entre os modelos são os graus de liberdade. O primeiro modelo apresenta apenas um grau de liberdade. Devido a isso, a confiança relacionada a esse resultado deve ser restritivo e, portanto, mais conservativa deve ser a inferência sobre o resultado desse modelo¹¹.

Assim para modelo 1, analiso as razões de chance para o aumento do nível de renda percebida na variável preferências redistributivas, dado que todas as demais variáveis do modelo são mantidas constantes. Assim o *odds ratio* será a razão de chance entre o primeiro grupo que é formado pela categoria 10, “aversão à redistribuição”, e o segundo grupo pelas demais categorias da variável dependente. Vale frisar que essa interpretação seguirá nos mesmos moldes para as demais variáveis nos próximos modelos. Assim para um aumento no nível de renda percebida, as chances do indivíduo ser “avesso à redistribuição” vis-à-vis as categorias de 1 a 9 são de 1,08 vezes maior, dado que as demais variáveis são mantidas constantes.

O segundo resultado marcante, encontra-se no modelo 2. Em tal modelo inseri todas as variáveis de controle que o quadro teórico apontou anteriormente: classe média, nível educacional, escala política, apoio à desigualdade, medo do crime, perspectiva de mobilidade, idade, gênero, status de emprego, estado civil e país. Destaca-se que as variáveis que compõe

¹⁰ Para mais informações sobre a definição de *odds ratio*: <http://www.ats.ucla.edu/stat/stata/faq/oratio.htm>

¹¹ Para mais informações sobre graus de liberdade ver: <https://limnonews.wordpress.com/2014/08/14/o-que-sao-graus-de-liberdade/>

as características individuais, *idade, sexo estado civil e status de emprego*, não possuíram significância estatística esperada. Não obstante, é vital ressaltar que essas variáveis, não tendo obtido significância estatística, não podem ter seus resultados generalizados para a população, bem como, não é possível rejeitar a hipótese nula de que os coeficientes desses parâmetros sejam iguais a zero. Ainda assim, a relação entre a variável dependente e variável independente no modelo 2 se matem estatisticamente significativa com um *p-value* de 0.01.

Tal modelo teve um *odds ratio* para variável dependente *nível de renda percebida* inferior ao modelo 1 em 0.04. Tal redução deve-se a presença de todas as variáveis de controle. O modelo dois ainda apresenta 18 graus de liberdade, o que nos permite inferir sem ressalvas que um aumento do nível de renda percebida, as chances do indivíduo ser “avesso à redistribuição” vis-à-vis as categorias de 1 a 9 são de 1,04 vezes maior. Essa mesma razão de chance ocorre para variável nível educacional. Portanto, quanto maior o nível de renda percebida e quanto maior nível educacional, maiores são chances de ser “avesso à redistribuição”.

Na variável classe média, a interpretação do *odds ratio* é simplificada, visto que se compara as chances de pertencer a uma das categorias da variável *dummy*. Assim, se compara as razões de chance de se considerar pertencente a classe média ou a outra classe social, ao nível das preferências redistributivas, dado que as outras variáveis do modelo são mantidas constantes. Para classe média, as chances de ser “avesso à redistribuição” versus as categorias 1 a 9 são 1,09 vezes maiores do que para aqueles que são de outras classes sociais. Essa relação tem significância estatística com *p-value* de 0.05. Assim, considerar-se como classe média aumentam as chances de ser “avesso à redistribuição” em relação aqueles que se classificam em outras classes sociais.

Segundo os resultados da variável classe média, pode-se supor uma *social affinity* com a classe alta, visto que a maior probabilidade de ser “avesso à redistribuição” está entre aqueles que se consideram da classe média (LUPU; PONTUSSON, 2011).

Ainda poderia existir uma hierarquia de preferências entre ricos e pobres. Para tanto, a variável *medo do crime*, considerada como uma externalidade negativa da desigualdade (RUEDA; STEGMUELLER, 2015), foi utilizada como controle para averiguar a probabilidade de apoiar a redistribuição. O *odds ratio* para variável *medo do crime* apresentou os seguintes resultados: as chances do indivíduo ser “avesso à redistribuição” vis-à-vis as categorias 1 a 9 são de 1,03 vezes maior entre aqueles que nunca se sentiram inseguro dentro de sua própria casa, dado que as demais variáveis mantidas constantes no modelo. Assim, a maior

probabilidade daqueles que nunca se sentiram inseguros em sua casa é de serem avessos à redistribuição.

Quando se analisa a variável de controle perspectiva de mobilidade, é importante ressaltar que a categoria 1 indica aqueles que acreditam que o “trabalho leva a uma vida melhor” e a categoria 10 são aqueles que afirmam que a melhoria de vida só através de “sorte ou conexões”. O que nos permite inferir que um aumento na categoria *perspectiva de mobilidade* leva a uma visão pessimista sobre a mobilidade. Portanto, as razões de chance de o indivíduo ser “avesso à redistribuição” vis-à-vis as categorias 1 a 9 são 1,08 vezes maior. Em outras palavras, maior a probabilidade de ser “avesso à redistribuição” está entre aqueles que possuem uma visão pessimista sobre a mobilidade, que afirmam que a melhoria de vida só ocorre através de “sorte ou conexões”.

Na variável de controle *escala política*, um aumento da *escala política* para “direita”, as chances do indivíduo ser avesso a transferências redistributivas (categoria 10) contra as categorias de 1 a 9 são de 1,03 vezes maior, dadas as outras variáveis são mantidas constantes no modelo. As razões de chance de ser “avesso à redistribuição” também é maior entre aqueles que afirmam que deveria ter maior diferença de renda. Na variável *apoio à desigualdade* as chances do indivíduo ser “avesso à redistribuição” (categoria 10) contra as categorias de 1 a 9 são de 1,14 vezes maior.

No que tange a variável país, se compara as razões de chance de pertencer ao país ou ser pertencente aos demais países ao nível das preferências redistributivas, dado que as outras variáveis do modelo são mantidas constantes. A interpretação para essa variável *dummy* segue os mesmos preceitos da variável classe média. Para o Brasil, as chances de ser “avesso a redistribuição” versus as categorias 1 a 9 são 0.28 vezes menores do que para aqueles que são de outros países, dadas que as outras variáveis são mantidas constantes no modelo. No Chile as chances de ser “avesso à redistribuição” são de 0.45 vezes menor, do que para aqueles que são de outros países. Já para a Colômbia, as chances de ser avesso redistribuição são 0.44 vezes menor, do que para aqueles que são de outros países.

O Equador atinge os maiores níveis de *odds ratio*, comparado aos demais países. As chances de ser “avesso à redistribuição” versus as categorias 1 a 9 são 0.71 vezes menor do que para aqueles que são de outros países. No México as razões de chance são 0.44 vezes menor, enquanto no Peru tais razões de chance são de 0.55 vezes menor e no Uruguai 0.57 vezes menor, do que para aqueles que são de outros países.

No modelo 3 os *odds ratio* da variável independente nível de renda percebida e as de controle classe média, nível educacional, perspectiva de mobilidade, escala política e apoio à

desigualdade mantiveram-se nos mesmos valores e ao mesmo nível de significância estatística. As alterações ocorreram com as variáveis de controle país. Para essas, variáveis os *odds ratio* tiveram uma pequena alteração em seus valores, mas mantiveram a significância estatística. Tais resultados garantem a robustez¹² do modelo 3 para explicar a relação proposta.

Para facilitar a compreensão dos *odds ratio* apresento os efeitos marginais, o qual foi executado pelo comando “*margins*” no Stata. Efeitos marginais são estatísticas calculadas a partir da previsão de um modelo previamente construído que indica que a cada aumento de unidade na variável independente, aumenta ou diminui a probabilidade de selecionar uma categoria da variável dependente pelo efeito marginal expresso como uma porcentagem (STATA, 2015; KATCHOVA, 2016)

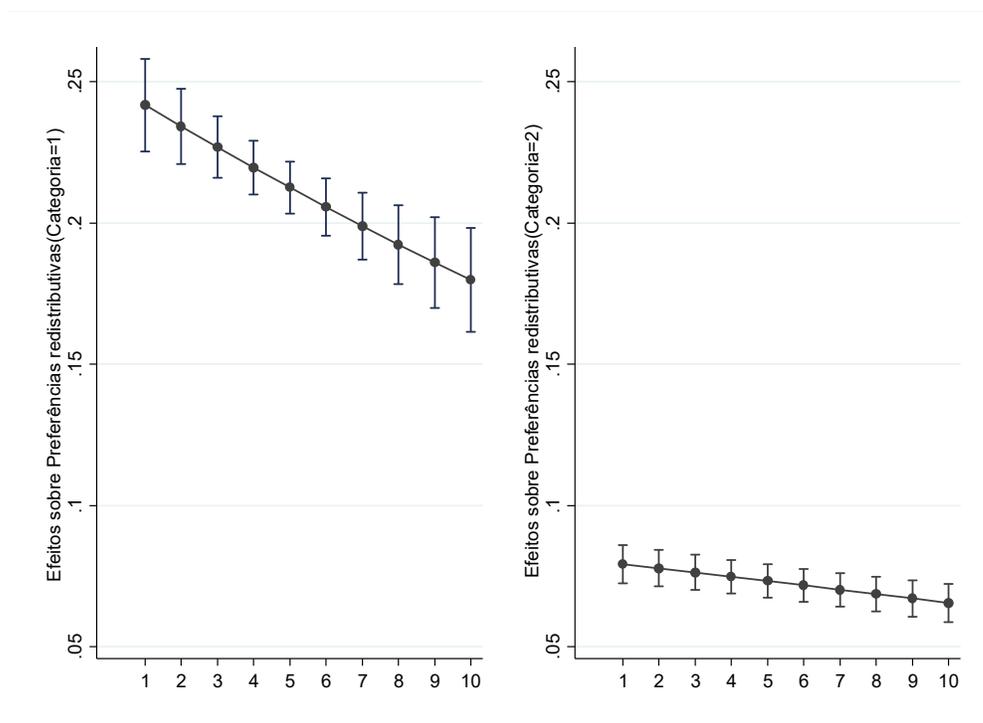
Tal comando foi realizado apenas para o modelo 3, o qual apresenta robustez aos resultados. Os gráficos que seguem são divididos em dois grupos: o primeiro apresenta os efeitos marginais da variável independente, nível de renda percebida, para cada categoria da variável dependente, preferências redistributivas. Esse grupo de gráfico é do 25 ao 29, em que cada gráfico comporta duas categorias da variável dependente. No segundo grupo de gráficos são apresentados os efeitos marginais condicionais, os quais permitem visualizar especificamente qual efeito de todas as variáveis inseridas no modelo sobre a variável dependente. Cada gráfico possui duas categorias da variável dependente e são do 30 ao 34.

A representação gráfica deve ser compreendida da seguinte forma: o eixo y apresenta a porcentagem dos efeitos sobre a variável dependente e o eixo x apresenta as categorias da variável independente. Os pontos de intercepto ao longo do gráfico são os efeitos médios de cada categoria da variável nível de renda percebida sobre a categoria da variável dependente preferências redistributivas. As retas representam o intervalo de confiança, isto é o intervalo estimado onde a média de um parâmetro de uma amostra tem a probabilidade de ocorrer a um nível de 95%. Isso significa dizer que o resultado estará dentro daquele intervalo 95 das 100 vezes testadas hipoteticamente. Os intervalos de confiança maiores tem um menor número de casos e são menos precisos, já os intervalos de confiança menores possuem um maior número de casos e tem maior robustez.

De antemão, o que esses gráficos confirmam é a relação esperada proposta nesse trabalho. O sinal positivo do efeito só confirma a relação esperada que a medida que aumenta o nível de renda percebida aumenta a probabilidade de pertencer as categorias que se aproximam da categoria de aversão à redistribuição.

¹² Foi realizado *lrtest* que apontou que o modelo que possui robustez foi o modelo 3.

Gráfico 25 – Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas

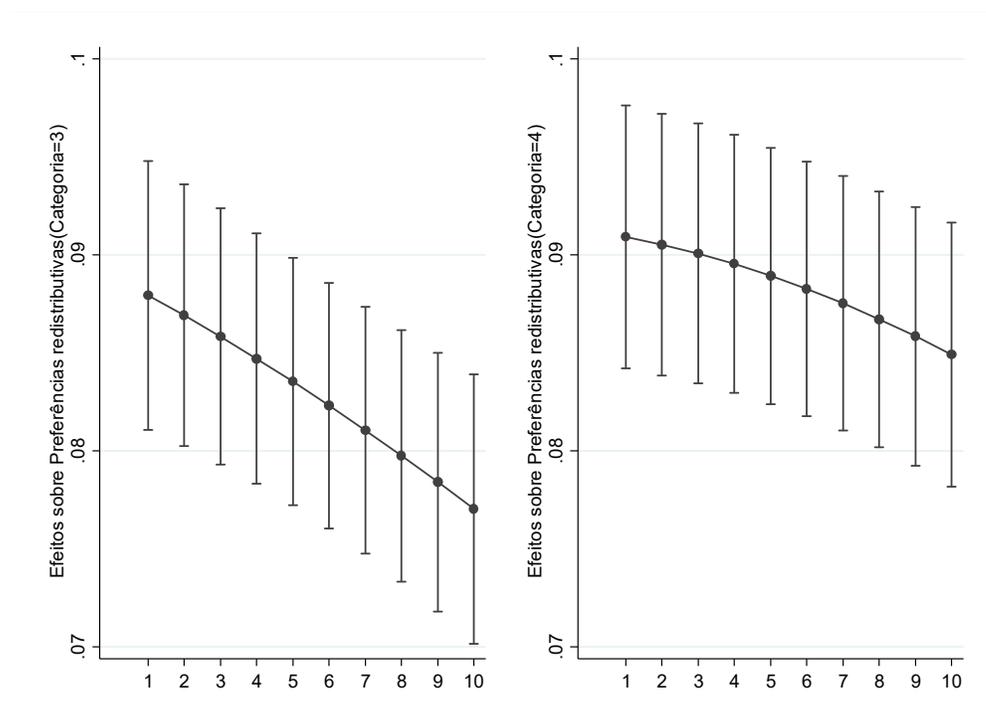


Legenda: Nível de renda percebida, onde 1 = 1º decil (10% mais pobres) 2 = 2º decil 3 = 3º decil 4 = 4º decil 5 = 5º decil 6 = 6º decil 7 = 7º decil 8 = 8º decil 9 = 9º decil 10 = 10º decil (10% mais ricos)

Fonte: Elaborado pela autora

Como apresentado pelos gráficos de maneira ilustrativa para categoria “favorável à redistribuição”, cerca de 20% afirmam pertencer ao primeiro decil (10% mais pobres). Ainda tem-se destaque os 10% mais ricos. Cerca de 18% do último decil afirmam ser favoráveis à redistribuição. É a percentagem mais alta desse nível entre todas as categorias da variável dependente. Quando se analisa a categoria 2 da variável dependente a percentagem é baixa oscilando entre 5% e 10%

Gráfico 26 – Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas

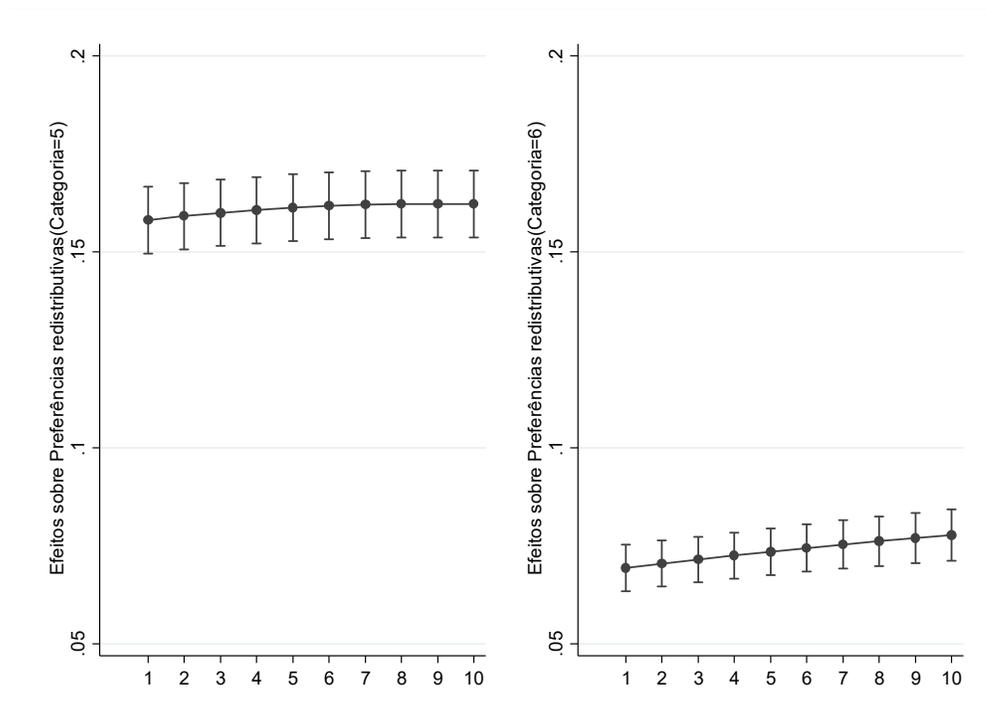


Legenda: Nível de renda percebida, onde 1 = 1° decil (10% mais pobres) 2 = 2° decil 3 = 3° decil 4 = 4° decil 5 = 5° decil 6 = 6° decil 7 = 7° decil 8 = 8° decil 9 = 9° decil 10 = 10° decil (10% mais ricos)

Fonte: Elaborado pela autora

Para as categorias 3 e 4 da variável dependente ainda permanece uma maior concentração daqueles que se consideram dos decis mais baixos do nível de renda percebida, mas não é um valor tão expressivo em relação a aqueles da categoria 10 da mesma variável. É importante salientar que esses dois gráficos apresentam intervalos de confiança largos, o que pode ser concluído que a probabilidade de casos nessas categorias ser reduzida.

Gráfico 27 – Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas

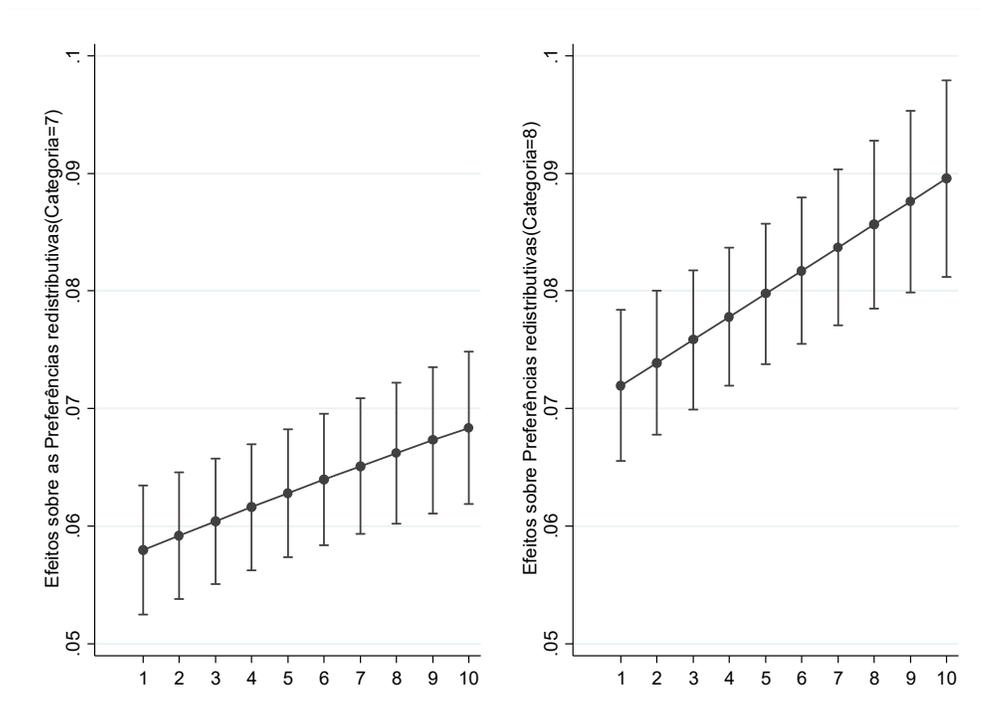


Legenda: Nível de renda percebida, onde 1 = 1^o decil (10% mais pobres) 2 = 2^o decil 3 = 3^o decil 4 = 4^o decil 5 = 5^o decil 6 = 6^o decil 7 = 7^o decil 8 = 8^o decil 9 = 9^o decil 10 = 10^o decil (10% mais ricos)

Fonte: Elaborado pela autora

Os efeitos marginais sobre a categoria 5 apresentam praticamente a mesma percentagem entre todas as categorias da variável nível de renda percebida. Contudo, essa percentagem é em torno de 15%, o que se torna expressivo face as demais categorias da variável dependente. A categoria seis possui uma redução na percentagem em torno de 5 a 10%, mas começa a apresentar uma inclinação ascendente no nível de renda percebida. Sendo os maiores valores de percentagem de efeito sobre a categoria 6 da variável dependente para aqueles que se consideram pertencer a decils de renda maiores.

Gráfico 28 – Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas

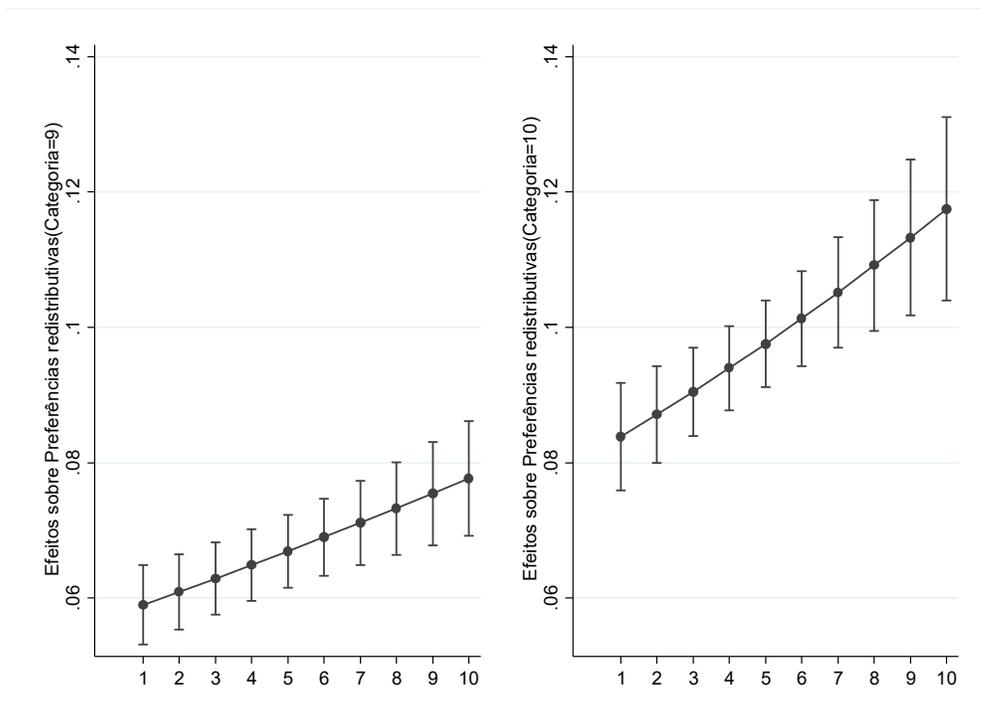


Legenda: Nível de renda percebida, onde 1 = 1ª decil (10% mais pobres) 2 = 2ª decil 3 = 3ª decil 4 = 4ª decil 5 = 5ª decil 6 = 6ª decil 7 = 7ª decil 8 = 8ª decil 9 = 9ª decil 10 = 10ª decil (10% mais ricos)

Fonte: Elaborado pela autora

As categorias 7 e 8 permanecem com uma inclinação ascendente, demonstrando que os efeitos marginais da variável independente sobre essas duas categorias é maior nos 7º e 10º decis da variável nível de renda percebida.

Gráfico 29 – Efeito marginal da percepção do nível de renda nas preferências redistributivas



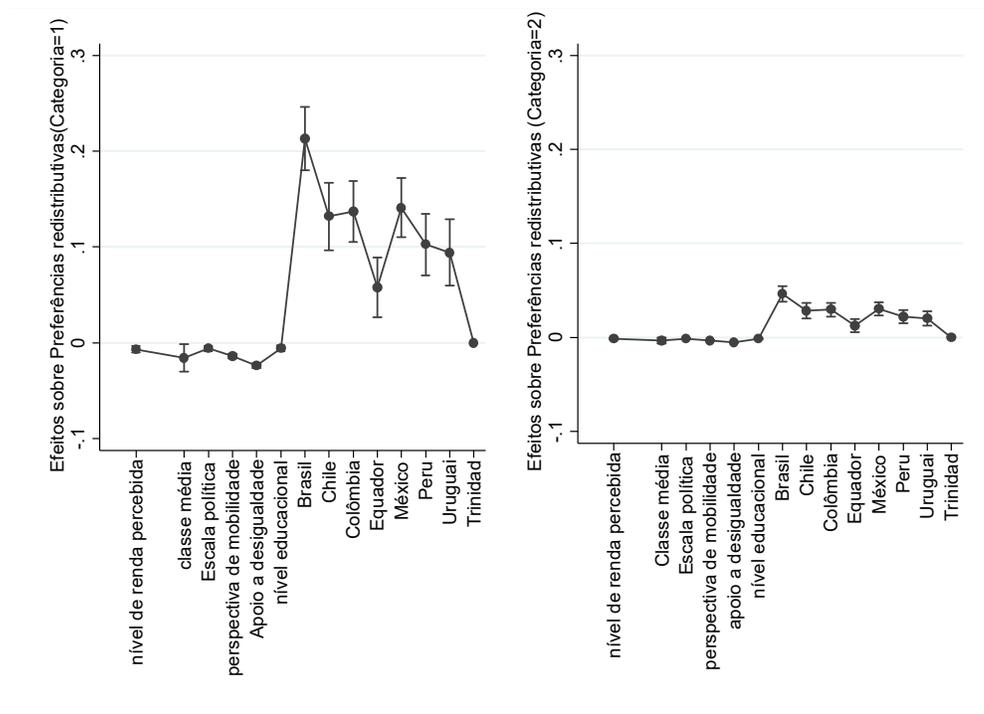
Legenda: Nível de renda percebida, onde 1 = 1º decil (10% mais pobres) 2 = 2º decil 3 = 3º decil 4 = 4º decil 5 = 5º decil 6 = 6º decil 7 = 7º decil 8 = 8º decil 9 = 9º decil 10 = 10º decil (10% mais ricos)

Fonte: Elaborado pela autor

Esse padrão ascendente permanece na categoria 9 da variável dependente, apesar de apresentar percentagens baixas. Entretanto na categoria 10 da variável dependente, a percentagem de efeitos sobre essa categoria chega a quase 12% do último decil da variável nível de renda percebida.

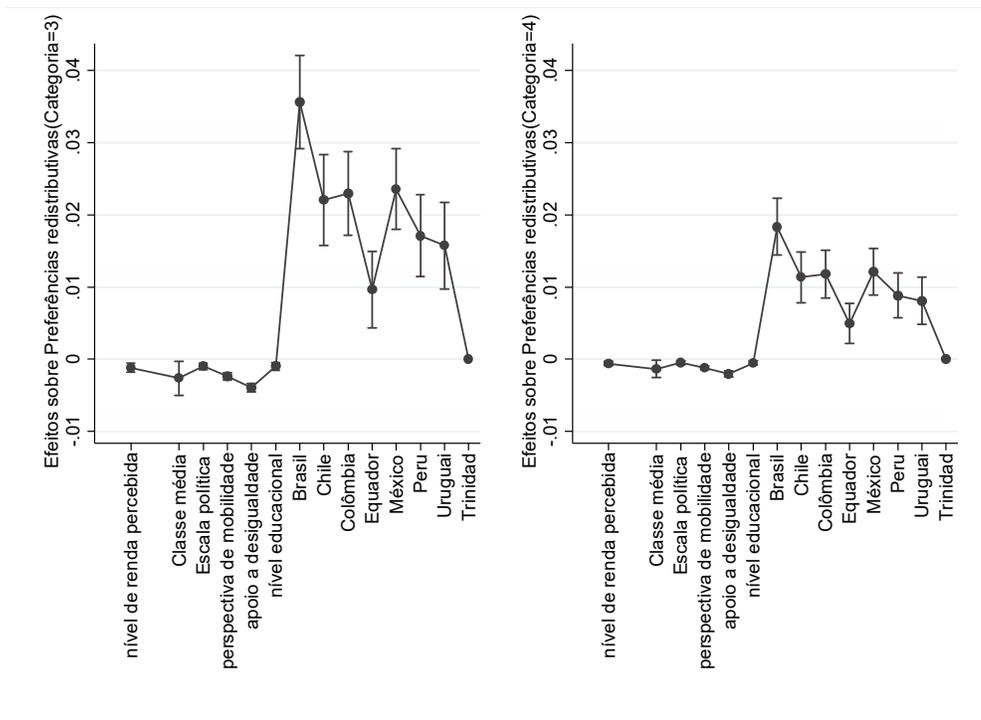
Quando se visualiza os efeitos marginais condicionais, pode ser analisado os efeitos das variáveis inseridas no modelo sobre a variável dependente. Os gráficos 30 ao 34 demonstram que tais variáveis (dispostas no eixo x) não possuem uma percentagem alta de efeito sobre a variável dependente. O que se percebe é uma mudança ao longo das categorias no sinal desses efeitos, principalmente na variável *dummy* país. Também o padrão encontrado para essa mesma variável é de intervalos de confiança maiores que as demais variáveis do modelo, como segue abaixo:

Gráfico 30 - Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas



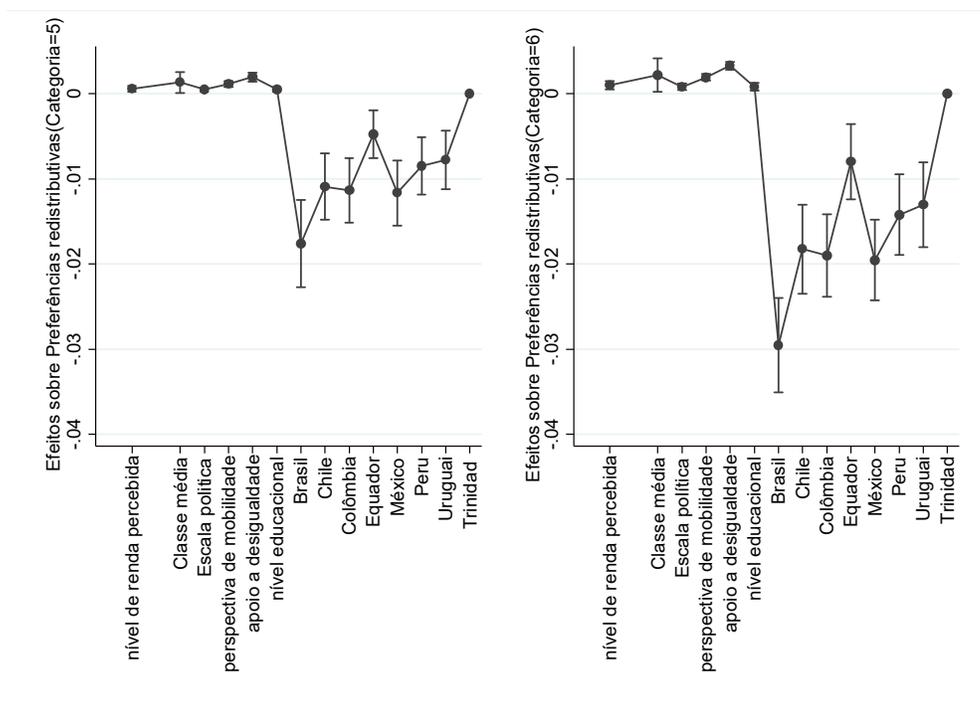
Legenda: variável explicativa (nível de renda percebida) e variáveis de controle do modelo
 Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 31 - Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas



Legenda: variável explicativa (nível de renda percebida) e variáveis de controle do modelo
 Fonte: Elaborado pela autora

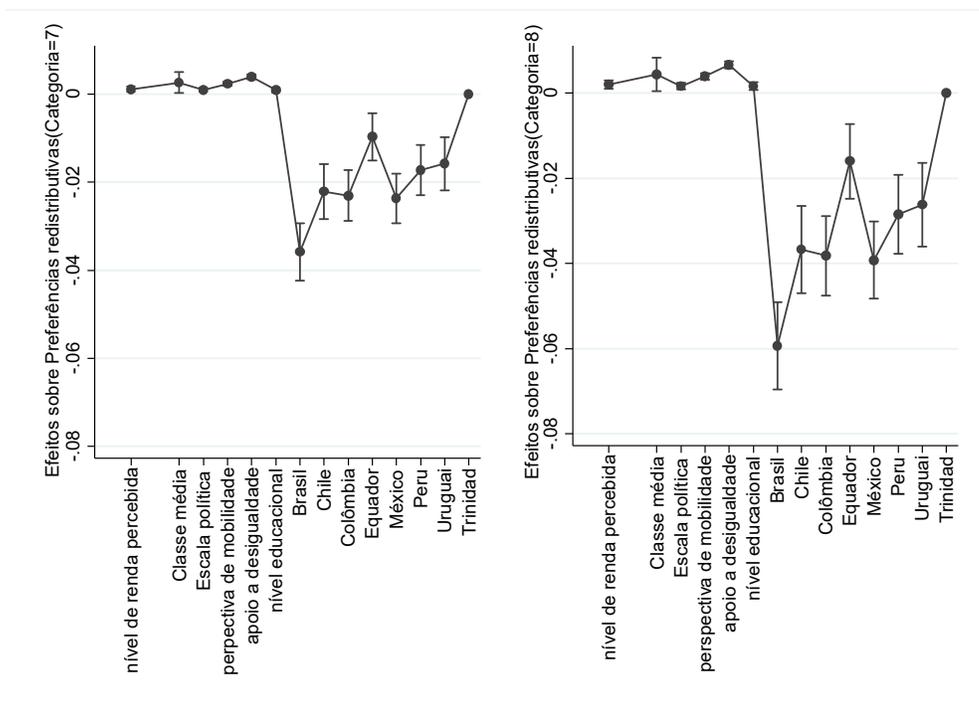
Gráfico 32 - Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas



Legenda: variável explicativa (nível de renda percebida) e variáveis de controle do modelo

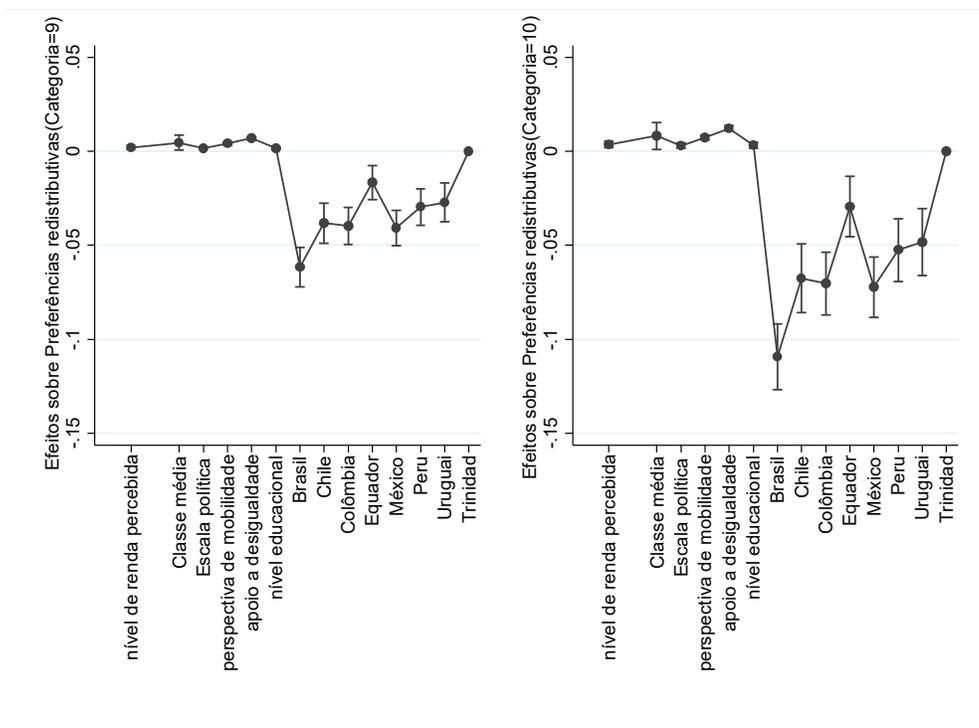
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 33 - Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas



Legenda: variável explicativa (nível de renda percebida) e variáveis de controle do modelo
 Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 34 - Efeitos marginais condicionais da variável explicativa e das variáveis de controle nas preferências redistributivas



Legenda: variável explicativa (nível de renda percebida) e variáveis de controle do modelo
 Fonte: Elaborado pela autora

3.5 Análise geral dos resultados

Os testes estatísticos acima visaram, portanto, testar a hipótese estabelecida de *quanto maior o nível de renda percebida, menor as preferências redistributivas*. Não obstante, para além da apreciação individual de cada modelo, é importante observá-los de maneira comparativa para entender como as variáveis se comportam ao longo do estudo. Com isso em mente, este tópico visa trazer uma análise geral dos modelos testados nesta pesquisa, comparando os resultados com foco na direção e na significância dos coeficientes, sob a luz do referencial teórico mobilizado.

No geral, os três modelos corroboram empiricamente a relação esperada entre percepção do nível de renda e preferências redistributivas. Mesmo quando inseridas as variáveis de controle, a significância estatística dessa relação permanece. Entretanto, quando se analisa os efeitos marginais da variável independente, nível de renda percebida, na variável dependente, preferências redistributivas, a relação parece não corroborar com os coeficientes estatísticos da regressão. Os gráficos de efeitos marginais apontam uma porcentagem expressiva entre aqueles com nível de renda percebida alta e que possuem preferências redistributivas, cerca de 18%. É a maior porcentagem do nível de renda percebida entre as categorias da variável preferências redistributivas. Para contrastar, quando visualizamos essa mesma categoria de nível de renda percebida para aqueles que são avessos à redistribuição essa porcentagem chega a patamares menores que aqueles, 11,7%. A aversão nesse nível de renda pode ser explicada pelos seguintes resultados desse trabalho que estão de acordo com a teoria: nível educacional, uma vez que o acesso à informação contribui para preferências de um estado menos extrativo e com gastos públicos reduzidos; pela aversão da classe média à redistribuição (LUPU; PONTUSSON, 2011) e pela *escala política*, aqueles que se classificam como de “direita” são mais propensos a serem “avesso à redistribuição”.

Já entre aqueles que tem a menor nível de renda percebida, a porcentagem de preferências redistributivas é de 24%. A aversão à redistribuição nesse nível de renda é de apenas 0,08%. O debate teórico explica esse apoio à redistribuição entre os pobres. Como foi visto, Rueda e Stegmüller (2015) afirmam que os indivíduos pobres dão mais importância a redistribuição em consequência dos impostos e transferências imediatas sob qualquer nível de desigualdade. Assim, apesar do nível de desigualdade variar entre países, a forte presença de preferências redistributivas é marcante entre os pobres.

Destarte, as quatro perspectivas teóricas mobilizadas: estrutura da desigualdade; o nível de renda percebida e hierarquia de preferências, não apresentaram argumentos suficientes para

explicar por que entre os ricos há uma porcentagem maior entre aqueles que são favoráveis à redistribuição do que aqueles que afirmam ser avessos. Apresento, pois, as limitações da literatura face aos resultados encontrados.

Primeiramente, as características individuais poderiam explicar esse resultado. Contudo, os resultados estatísticos encontrados no modelo 2 apontam que o tamanho do efeito das variáveis idade, estado civil, gênero e status de emprego não possuem significância estatística. Também poderia ser a presença de externalidades negativas, como *medo do crime* que justificaria entre os ricos essa porcentagem de preferências redistributivas. Mesmo se considerássemos essa variável a uma significância estatística de 10%, ainda assim o coeficiente aponta que a razão de chance do indivíduo ser avesso as preferências redistributivas aumenta 1,03 a medida que o indivíduo se sente mais seguro em sua residência. A porcentagem dos que afirmam nunca terem se sentido inseguro na própria casa nos últimos 12 meses é de 42%. Esse resultado corrobora o questionamento apresentado por Alesina e Giuliano (2009), isto é, considerar que o *medo do crime* levaria a preferências redistributivas tem implícito que custaria menos para os ricos redistribuir do que aumentar os gastos com segurança.

Diferenças das preferências redistributivas entre os ricos também não podem ser explicadas pelo *apoio à desigualdade*. Os resultados aqui encontrados ratificam que os latino americanos apresentam opinião polarizada entre a “renda ser mais igual” ou que deve haver “mais desigualdade de renda” (BLOFIELD; LUNA, 2011). No entanto, a relação entre *apoio à desigualdade* e preferências redistributivas possuem limitações para se entender o apoio dos ricos a redistribuição. A variável *apoio à desigualdade* possui uma relação positiva com a variável dependente: maior *apoio à desigualdade*, maiores as razões de chance do indivíduo ser “avesso à redistribuição”.

Ademais as variáveis de controle parecem explicar mais uma probabilidade de aversão à redistribuição na região do que a presença de preferências redistributivas, principalmente a variável perspectiva de mobilidade. As razões de chance de ser “avesso à redistribuição” são maiores entre aqueles que afirmam que trabalho duro não leva ao sucesso – é mais uma “questão de sorte e conexões”. Aqueles que afirmam que o trabalho leva a uma condição de vida melhor são mais propensos a ter preferências redistributivas. Esse resultado se contrapõe a Gaviria (2007) em dois aspectos: primeiramente, o autor afirma que os latino americanos possuem um perfil pessimista. Segundo a distribuição dos dados da variável *perspectiva de mobilidade* 31,2% dos latino americanos afirmam que trabalho leva a uma condição de vida melhor. Esse padrão permanece entre os países da região.

O autor também afirma que os indivíduos são pessimistas quanto a *perspectiva de mobilidade* e, por isso, demandam por redistribuição. Aqui segue o segundo contraponto: aqueles que podemos caracterizar como pessimistas nesse trabalho, isto é, que afirmam que trabalho duro não leva ao sucesso também são avessos à redistribuição. O debate teórico aqui também não consegue explicar esse resultado apresentado pela relação entre preferências redistributivas e perspectiva de mobilidade.

Uma possível explicação para tais resultados controversos é a variável de controle país. Como foi visto a relação entre ser de um determinado país da região reduz as chances do indivíduo de ser “avesso à redistribuição”, que variam de 0.28 (Brasil) a 0.71(Equador).

Todavia, considerar a variável país como determinante deve preceder de ressalvas. Nos gráficos de efeitos marginais condicionais vimos o intervalo de confiança das referidas variáveis. Esses intervalos possuem extensão maior por país do que as demais variáveis de controle e a variável explicativa no modelo, o que indica menor precisão.

Ainda destaco que confrontadas com esses resultados, as teorias parecem ser formuladas para se entender como aqueles que tem menor renda (seja renda real ou a percepção de renda) possuem preferências redistributivas. Pouco se discute porque os ricos possuem tais preferências e porque essas são em parcela maior que a aversão à redistribuição em regimes democráticos com altos índices de desigualdade.

4 Considerações Finais

Uma vasta literatura tem afirmado que a desigualdade econômica possui consequências políticas (GIMPELSON; TREISMAN, 2015). Esses argumentos assumem que os indivíduos têm conhecimento sobre o alto nível de desigualdade, como esse nível vem mudando ao longo do tempo e onde os indivíduos se encaixam na distribuição de renda. Segundo Gimpelson e Treisman (2015) e Niehues (2014), os indivíduos possuem pouca precisão sobre tais questões. Assim, tais autores afirmam que é a percepção do nível de desigualdade e não o atual nível de desigualdade que se correlaciona fortemente com a demanda por redistribuição. Seguindo essa nova abordagem teórica, esse questionamento norteou toda essa pesquisa: a percepção da renda pelos indivíduos influencia suas preferências redistributivas?

De maneira geral, as preferências redistributivas foram definidas como as preferências dos indivíduos quanto a como deve ser formatado o papel redistributivo do Estado, isto é, o apoio a redistribuir dos ricos para os mais pobres. Essas preferências não dependem apenas de onde os indivíduos estão na escala de renda, mas como eles projetam como serão as políticas redistributivas de longo prazo.

Os argumentos mobilizados para responder a tal questão de pesquisa advém do quadro teórico construído a fim de contrapor as diferentes perspectivas sobre a relação entre renda e preferências redistributivas, destacando-se quatro perspectivas: teorema do eleitor mediano; perspectiva de mobilidade social; estrutura da desigualdade; o nível de renda percebida e hierarquia de preferências. Com isso, o objetivo deste trabalho era contribuir para este debate, tanto ao testar, em diferentes condições, os determinantes já citados, quanto ao trazer o pressuposto de que o nível de renda percebida importa na formação de preferências.

A primeira perspectiva equivale a abordagem tradicional de que as preferências redistributivas são fundamentalmente uma função da renda. Em outras palavras, a posição do indivíduo na distribuição de renda determina suas preferências por redistribuição. A segunda perspectiva aponta que a distribuição de renda *per se* não é suficiente para explicar a formação de preferências redistributivas, uma vez que os pobres podem não demandar por redistribuição, quando possuem perspectivas de mobilidade social para eles ou para seus filhos. A terceira perspectiva afirma que a desigualdade importa. Todavia não será a distribuição de renda real que influenciará a formação de preferências, mas sim a estrutura da desigualdade. Esta pode ser entendida segundo a afinidade social ou a percepção da renda. A quarta perspectiva estabelece que existe uma hierarquia de diferenças das preferências redistributivas entre ricos e pobres, dependentes do nível macro da desigualdade. Os indivíduos pobres dão importância a

redistribuição em consequência dos impostos e transferências imediatas. Entretanto, as preferências dos ricos são significativamente menos sensíveis a esses dois fatores. O que pode intervir na formação de preferências redistributivas desses são as externalidades negativas da desigualdade, sendo o mais importante a preocupação com crime, uma vez que é a externalidade negativa mais visível da desigualdade.

Com isso, a estratégia empírica buscou testar a hipótese de que quanto maior *o nível de renda percebida*, menor serão as *preferências redistributivas*. Para tanto utilizou-se os dados do *World Values Surveys (2010-2014)* para a América Latina. A amostra final contempla 8002 indivíduos da América Latina, pertencentes ao Brasil, Chile, México, Equador, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Colômbia. Esse foco regional apresenta duas implicações para esse trabalho: primeiramente, são dados recentes e que, até então, não foram utilizados para construir semelhante análise na região. A América Latina foi acompanhada por uma onda de demanda por políticas sociais e pressões sobre os governos para redução da pobreza, desde o período da redemocratização. Assim, nas últimas décadas coincidiu com período o qual a pobreza e a desigualdade diminuíram (DE LA O, 2015, MELO *et al*, 2014). A segunda implicação é que o foco regional estabelece limitações na generalização dos resultados, como também possuem limitações quanto a conclusões a longo prazo. Os resultados aqui encontrados são para o período de 2010 a 2014. Ainda é importante ressaltar que o modelo utilizado não pretende estimar uma causalidade entre a variável independente, os controles e *preferências redistributivas*. Antes disso, tal modelo permite apenas uma relação probabilística entre tais variáveis. Dessa forma, conclusões generalizáveis não são possíveis diante do desenho adotado no atual estudo. Ainda assim, seus resultados trazem grande contribuição para a teoria, na medida em que insere variáveis antes suprimidas na análise da ciência política sobre preferências redistributivas.

O teste estatístico utilizado foi a regressão logística ordenada para três modelos. A partir da fundamentação teórica, adotei a seguinte variável explicativa: *nível de renda percebida*. As variáveis de controle foram estabelecidas segundo as explicações alternativas da relação entre *nível de renda percebida* e *preferências redistributivas*: classe média, nível educacional, escala política, apoio à desigualdade, medo do crime, perspectiva de mobilidade, idade, gênero, status de emprego, estado civil e país.

Os resultados obtidos corroboram a hipótese desse trabalho. A primeira conclusão então seria que o nível de renda percebida importa para formação de preferências redistributivas. Ainda que os dados de percepção sejam confrontados com dados reais, a relação negativa levantada pela literatura também se confirma com dados de percepção de renda.

Contudo, tais dados apresentam alguns resultados intrigantes que posso destacar: primeiramente, os efeitos marginais apontam que, ainda que a relação negativa entre *preferências redistributivas* e *percepção da renda* seja ratificada, a porcentagem dos ricos favoráveis a redistribuição é de 18% e aqueles que são avessos é de 12%. Uma possível explicação para tais resultados controversos é a variável país. Pertencer a algum país da região reduz as chances de aversão à redistribuição. Características individuais poderiam ajudar a explicar esses resultados. Todavia as variáveis idade, sexo, estado civil e status de emprego, não possuíram significância estatística esperada.

Ainda assim, o quadro teórico aqui mobilizado possui limitações para explicar esses resultados. Esse quadro parece se concentrar em tentar explicar por que os indivíduos pobres possuem preferências redistributivas. Mas sua validade não consegue inferir por que os indivíduos ricos, ou que se consideram ricos, possuem apoio à redistribuição. Mais que isso, porque eles apresentam um maior apoio à redistribuição do que aversão a mesma.

É importante destacar que uma outra conclusão desse trabalho é que os latino americanos possuem um perfil otimista, em que trabalho duro leva a uma condição de vida melhor. Apesar disso, as chances de ser “avesso à redistribuição” é maior entre aqueles que afirmam que a melhoria da qualidade vida é por “sorte ou conexões”.

Deixo como agenda de pesquisa testar a hipótese aqui proposta em outras regiões do mundo, bem como seria importante analisar a variação no comportamento dos indivíduos ao longo do tempo. Por isso, sugiro análises longitudinais com o intuito de verificar a trajetória das preferências redistributivas na América Latina. Uma agenda de pesquisa futura a ser explorada é apresentar os determinantes do perfil redistributivo entre aqueles que se consideram ricos na região. O que leva as preferências dos mais ricos estar associada a mais redistribuição? São fatores contingências da América Latina? Existem variáveis ainda não exploradas que deveriam ser consideradas para entender esse perfil?

Esse trabalho contribui com a literatura em vários aspectos. Primeiramente, o enorme interesse sobre a formação das preferências redistributivas tem concentrado sua atenção sobre os efeitos da renda real e da desigualdade, mas o nível de renda percebida também é um fator chave, se não determinante, e são abordados ao longo de todo trabalho. Em segundo lugar, pouco tem sido dada atenção para a discussão. O trabalho aborda a lacuna do debate sob a ótica do nível de renda percebida nos países da América Latina. Em terceiro lugar, a investigação sobre formação de preferências redistributivas tem produzido uma riqueza de informações sobre o impacto da percepção de renda e as demandas dos indivíduos. Esse trabalho aborda essa literatura prestando especial atenção à distribuição dos resultados entre a percepção dos

diferentes níveis de renda e diversas outras variáveis socioeconômicas bem como a variação entre países.

Referências

- ALESINA, A.; GIULIANO, P. Preferences for redistribution. *NBER Working Paper 14825*. 2009.
- AMSTRONG II, D.A.; BAKKER, R.; CARROLL, R.; HARE, C.; POOLE, K.T.; ROSENTHAL, H. *Analysing Spatial Models of Choice and Judgement with R*. CRC Press, 2014.
- BARRIENTOS, A.; DEBOWICZ, D.; WOOLARD, I. Antipoverty Transfers and Inclusive Growth in Brazil. *IRIBA Working Paper: 04*. 2014.
- BENABOU, R.; OK, E.A. Social Mobility and the Demand for Redistribution: The Poupou Hypothesis. *Quarterly Journal of Economics* 116(2): 447–87, 2001.
- BIRDSALL, N.; LUSTIG, N.; MCLEOD, D. Declining Inequality in Latin America: Some economics, some politics. *Working Paper 1120*. New Orleans: Tulane University, 2011.
- BLOFIELD, M.; LUNA, J.P. Public Opinion on Income Inequalities in Latin America. In.: Blofield, Merike. *The Great Gap: The Politics of Inequality in Latin America*, Penn State University Press, 2011.
- BRECEDA, K.; RIGOLINI, J.; SAVEDRA, J. Latin America and the Social Contract: Patterns of Social Spending and Taxation. *Policy Research Working Paper WPS4604*, 2008.
- DAUDE, C.; MELGUIZO, A. Taxation and More Representation? On Fiscal Policy, Social Mobility, and Democracy in Latin America. *Development Centre Working Paper 294*, September. Paris: OECD, 2010.
- DE LA O, A. L. *Crafting Policies To End Poverty In Latin America: The Quiet Transformation*. Nova York: Cambridge University Press. 2015.
- FERREIRA, F. H. G.; MESSINA, J.; RIGOLINI, J.; LÓPEZ-CALVA, L.; LUGO, M. A.; VAKIS, R. The Middle Class and the Social Contract in Latin America. In: *Economic mobility and the rise of the Latin American middle class*. World Bank Latin American and Caribbean Studies, cap. 6, 2013.
- GAVIRIA, A. Social Mobility and Preferences for Redistribution in Latin America, *Economia* 8 (1), p. 55–96, 2007.
- GIMPELSON, V.; TREISMAN, D. Misperceiving Inequality. *Nber Working Paper Series 21174*. 2015.
- GOÑI, E.; LÓPEZ, J.H.; SERVÉN, L. *Fiscal Redistribution and Income Inequality in Latin America*. World Development, 39, p. 1558–1569, 2011.
- HAIR, J.; BLACK, W.; BABIN, B.; ANDERSON, R.; TATHAM, R. *Análise Multivariada de Dados*. 6ª Edição. Bookman, 2009.

IDRE. Disponível em: <http://www.ats.ucla.edu/stat/stata/faq/oratio.htm>. Acesso em: 18/11/2015.

LABORATÓRIO DE LIMNOLOGIA/UFRJ. Disponível em: <https://limnonews.wordpress.com/2014/08/14/o-que-sao-graus-de-liberdade/>. Acesso em: 05/11/2015.

LONG, J., S.; FREESE, J. *Regression models for categorical dependent variables using Stata*. College Station: Stata Press, 2006.

LUPU, N.; PONTUSSON, J. The Structure of Inequality and the Politics of Redistribution. *American Political Science Review*, 105, nº2, p.316-336, 2011.

KATCHOVA, A. *Ordered Probit and Logit Models in Stata*. Disponível em: <https://sites.google.com/site/econometricsacademy/econometrics-models/ordered-probit-and-logit-models>. Acesso em: 09/12/2015.

MELO, M.A.; BARRIENTOS, A.; COELHO, A.C. Taxation, redistribution and social contract in Brasil. *IRIBA Working Paper*: 11. 2014.

MELTZER, A.H.; RICHARD, S.F. A Rational Theory of the Size of Government. *Journal of Political Economy* 89(5): 914–27, 1981.

MENARD, S. *Applied Logistic Regression Analysis (Quantitative Applications in the Social Sciences)*. 2ª Edição, Sage Publications, 2001.

NIEHUES, J. Subjective Perceptions of Inequality and Redistributive Preferences: An International Comparison. *IW-TRENDS Discussions Papers*, nº2, Cologne Institute for Economic Research, 2014.

ROMER, T. Individual Welfare, Majority Voting and the Properties of a Linear Income Tax. *Journal of Public Economics* 7: 163–88, 1975.

RUEDA, D.; STEGMUELLER, D. The Externalities of Inequality: Fear of Crime and Preferences for Redistribution in Western Europe. *American Journal of Political Science*, p. 1–18, 2015.

STATA. Disponível em: <http://www.stata.com/manuals13/rdotplot.pdf>. Acesso em: 07/12/2015.

_____. Disponível em: <http://www.stata.com/manuals13/rmargins.pdf>. Acesso em: 11/12/2015.

STATISTICS HOW TO. Disponível em: <http://www.statisticshowto.com/decile/>. Acesso em: 15/11/2015.

STEIN, E.; CARO, L. Ideology and Taxation in Latin America, Washington DC: *Inter-American Development Bank*, 2013.

SCALON, C. Justiça como equidade? A percepção da elite e do povo brasileiro. *Sociologias*, nº18, p. 126-149, 2007.

TIMMONS, J. F. The Fiscal Contract: States, Taxes and Public Services, *World Politics*, 15, p. 530-567, 2005.

TURGEON, M.; RENNÓ, L. Informação Política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. *Opinião Pública*, 16, nº1, p. 143-159, 2010.

WORLD VALUES SURVEY Wave 6 2010-2014 OFFICIAL AGGREGATE v.20150418.
World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Aggregate File Producer:
Asep/JDS, Madrid SPAIN.

ANEXO I – Comandos de regressão logística ordenada para Stata

*Ordered logit in STATA

* Dependent variable has 10 categories 1-10

global ylist govres

global xlist sincome class politicals hardw incomeq educ bra chi col ecua mex per uru tt

describe \$ylist \$xlist

summarize \$ylist \$xlist

tabulate \$ylist

* Ordered logit model

ologit \$ylist \$xlist, or

* Ordered logit marginal effects

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(1)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(2)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(3)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(4)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(5)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(6)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(7)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(8)) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome()) atmeans

marginsplot

margins, at(sincome=(1/10)) predict(outcome(10)) atmeans

marginsplot

margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(1))

marginsplot

margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(2))

```

marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(3))
marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(4))
marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(5))
marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(6))
marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(7))
marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(8))
marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(9))
marginsplot
margins, dydx(*) atmeans predict(outcome(10))
marginsplot

```

* Ordered logit predicted probabilities

```

predict p1ologit p2ologit p3ologit p4ologit p5ologit p6ologit p7ologit p8ologit p9ologit p10ologit, pr
summarize p1ologit p2ologit p3ologit p4ologit p5ologit p6ologit p7ologit p8ologit p9ologit p10ologit
tabulate $ylist

```